



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 17 de Abril de 2000 (18.04)**

**7886/00**

**LIMITE**

**JAI 40**

**AG 41**

**Grupo de Alto Nível  
do Asilo e Migração**

**Plano de Acção para**

**A ALBÂNIA**

**e a região limítrofe**

—

# ÍNDICE

Página

<b>PREFÁCIO</b> .....	3
<b>A. INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	3
Contexto histórico .....	3
Situação política.....	6
Situação económica .....	8
Ajuda humanitária e reconstrução económica do Kosovo.....	10
Direitos humanos .....	11
<b>B. QUADRO ESTATÍSTICO E SITUAÇÃO DE PARTIDA</b> .....	12
<b>I. Nacionais da Albânia nos Estados-Membros da UE</b> .....	12
<b>II. Análise das causas de fuga e migração</b> .....	12
Apontamento histórico .....	13
Causas da migração .....	13
A Albânia como país de trânsito .....	14
Tráfico de migrantes.....	14
Albano-kosovares nos Estados-Membros da UE .....	15
Análise das causas de migração e fuga.....	15
<b>C. MEDIDAS E ACÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS</b> .....	16
<b>I. Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pelos Estados-Membros</b> .....	16
Políticas .....	16
Económicas.....	17
Cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária .....	17
<b>II. Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pela Comunidade/União na Albânia</b> .....	18
Políticas .....	18
Económicas e no domínio da cooperação para o desenvolvimento .....	18
Ajuda humanitária .....	20
Medidas no domínio da Justiça e Assuntos Internos.....	20
<b>III. Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pela Comunidade/União na região limítrofe</b> .....	21
Políticas .....	21
Relações económicas e reconstrução/assistência .....	21
Ajuda humanitária .....	22
Medidas no domínio da Justiça e Assuntos Internos.....	24

<b>IV. Medidas e acções desenvolvidas pelo ACNUR, pela OIM, pelo CICV e por outras organizações intergovernamentais e não-governamentais</b> .....	25
ACNUR.....	25
OIM.....	27
Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV).....	28
<b>V. Medidas e acções desenvolvidas pelo ACNUR, pelo OIM, pelo CICV e por outras organizações intergovernamentais e não-governamentais na região limítrofe</b> .....	28
<b>D. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL</b> .....	29
<b>E. ACÇÕES A DESENVOLVER PELA COMUNIDADE/UNIÃO</b> .....	31
Política externa.....	31
Cooperação económica e cooperação para o desenvolvimento.....	33
Princípios e acções específicas nos domínios do asilo e migração e outras acções relevantes no domínio da Justiça e Assuntos Internos.....	36
<b>ANEXO I: Estatísticas sobre a Albânia</b>	
<b>ANEXO II: Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pelos Estados-Membros em relação à Albânia e à região limítrofe</b>	
<b>ANEXO III: Contributos do ACNUR e da OIM</b>	

## PREFÁCIO

De acordo com o Relatório Intercalar sobre a Albânia e a Região Limítrofe, de que o Conselho "Assuntos Gerais" de 11 de Outubro de 1999 tomou nota, a expressão "região limítrofe" no presente Plano de Acção refere-se em particular ao Kosovo.

### A. INTRODUÇÃO GERAL

#### Contexto histórico

##### **Albânia**

1. A Albânia, que se proclamou "República Popular" em 1946, foi durante mais de quarenta anos um dos países mais obscuros e isolados do mundo. Um regime comunista totalitário, dirigido pelo fundador e primeiro secretário do partido Enver Hoxha de 1944 até à sua morte em 1985, manteve um controlo estrito sobre todos os aspectos dos assuntos internos do país. Após a Segunda Guerra Mundial, Enver Hoxha e os seus protegidos impuseram ao país um sistema económico estalinista, tendo-se voltado sucessivamente para a Jugoslávia, a União Soviética e a China em busca de assistência, para depois vir a acusar de "burguês" ou "revisionista" cada um destes países comunistas e enveredar por um sistema de autarcia económica. Apesar de algumas realizações, nomeadamente nos domínios da educação e dos cuidados de saúde, as políticas de centralização, isolamento e repressão conduzidas por Enver Hoxha impediram o desenvolvimento económico e relegaram a Albânia para uma posição de atraso tecnológico sem paralelo na Europa.

2. Ramiz Alia, designado como sucessor de Enver Hoxha, introduziu um pouco de pragmatismo na condução da política, mas a sua posição ambígua face às reformas pouco contribuiu para sanar uma crise económica e social cada vez mais grave. Os esforços de reforma de Ramiz Alia foram inspirados – e temperados – pelo empenho em preservar o sistema que havia facilitado a sua acessão ao poder. O afastamento em relação à linha dura das políticas tradicionais foi quanto bastou para desencadear as forças que viriam acelerar o colapso do antigo sistema.

3. Em Dezembro de 1990, sob a pressão de grandes manifestações de estudantes, greves e do êxodo de milhares de albaneses para a Itália e a Grécia, e perante o receio de uma derrocada violenta, Ramiz Alia viu-se obrigado a ceder à exigência popular de instauração do pluralismo político e de um sistema multipartidário. Nessa altura, apareceram em cena dois homens que viriam a dominar a política albanesa nos oito anos seguintes: Sali Berisha, que emergiu como chefe do novo Partido Democrático da Albânia (PD), e Fatos Nano, membro moderado do Partido dos Trabalhadores Albaneses (PTA– comunista), nomeado Vice Primeiro-Ministro em Janeiro de 1991 e, nas vésperas da realização das primeiras eleições livres, Primeiro-Ministro. Nas eleições legislativas realizadas em Março de 1992 venceu o Partido Democrático, tendo o chefe deste, Sali Berisha, passado a Presidente.

Em Maio de 1996, o Partido Democrático voltou a clamar vitória nas eleições legislativas, mas desta vez a isenção e imparcialidade do processo eleitoral foram postas em causa pelos observadores internacionais.

4. Em Janeiro-Maio de 1997, eclodiram motins na sequência do desmoronamento das sociedades de fundos piramidais, em que grande parte da população havia depositado as suas poupanças. Registaram-se actos de pilhagem de quartéis militares, tendo vastas zonas do país mergulhado na anarquia. Em Junho de 1997, realizaram-se novas eleições legislativas, em que ganhou o partido comunista reformado, ou seja, o Partido Socialista da Albânia (PSA). O chefe deste partido, Fatos Nano, tornou-se Primeiro-Ministro. Na sequência das eleições de 29 de Junho e 6 de Julho de 1997, os partidos representados na coligação da maioria detêm 116 dos 155 lugares do Parlamento. As eleições deram uma nítida maioria ao Partido Socialista, que obteve 52% do total dos votos, contra 25,7% para o Partido Democrático do anterior Presidente Berisha.

### **Região limítrofe**

5. A República Federativa da Jugoslávia (RFJ) é um dos Estados sucessores da antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia (RSFJ). A supressão da autonomia das províncias de Voivodina e do Kosovo-Metohia em finais da década de 80 e início da década de 90 deu o sinal para a desagregação da antiga RSFJ em 1991. O colapso da RSFJ foi seguido de conflitos altamente destrutivos, em especial na Bósnia-Herzegovina, e da desestabilização das fronteiras entre as repúblicas.

6. O Kosovo, "berço histórico" da Sérvia, passou, tal como outras partes da Sérvia, a fazer parte do Império Otomano após a batalha de Kosovo Polje, em 1389. Mais de 500 anos depois, em 1913, voltou a fazer parte da Sérvia, que tinha recuperado a independência na segunda metade do século XIX. Em 1981, no período imediatamente posterior à era de Tito, registaram-se manifestações em Pristina, seguidas de uma desagregação do Governo. Em Setembro de 1990, foi aprovada uma nova Constituição da República da Sérvia, que revogava o estatuto de autonomia do Kosovo. A população albanesa do Kosovo viu-se gradualmente excluída das esferas económica e política da sociedade. Em reacção, a comunidade albano-kosovar começou a criar as suas próprias estruturas paralelas de governo (em Setembro de 1991, organizou um referendo não oficial cujos resultados foram favoráveis à criação de um Estado soberano e independente do Kosovo; o Dr. Ibrahim Rugova foi eleito seu presidente em 1992 e novamente em 1998), bem como nos domínios económico, da educação, da saúde e do serviço social. Os confrontos armados entre o Exército de Libertação do Kosovo (ELK ou UCK) e a polícia e forças de segurança jugoslavas, em especial a partir de Fevereiro/Março de 1998, contribuíram para uma escalada da crise.

7. Os combates redundaram em deslocações maciças de populações, tanto no interior do Kosovo como através das suas fronteiras.

8. Em Outubro de 1998 a comunidade internacional conseguiu chegar a acordo sobre a retirada de uma parte das forças armadas da RFJ estacionadas na província e sobre a colocação no terreno de 2 000 agentes de verificação desarmados, a Missão de Verificação do Kosovo (KVM), sob os auspícios da OSCE. O acordo previa também que fossem encetadas negociações sobre o futuro estatuto do Kosovo. Em consequência disto, muitos refugiados e pessoas deslocadas voltaram às suas aldeias de origem no Kosovo; os programas de reconstrução de emergência permitiram-lhes regressar a casa. Ao mesmo tempo registou-se um declínio do número de pedidos de asilo de kosovares na maioria dos Estados-Membros.

9. Quando a segunda ronda das negociações de paz de Rambouillet (França) fracassou, em Março de 1999, o Presidente em exercício da OSCE ordenou, em 19 de Março de 1999, a evacuação da KVM. Com a evacuação da KVM, a maioria das organizações de auxílio humanitário, incluindo o ACNUR, abandonou igualmente o Kosovo.

10. As forças de segurança da RFJ estacionadas no Kosovo, cujos efectivos estavam a ser reforçados havia várias semanas, começaram a incendiar, roubar, pilhar, violar e matar, numa ofensiva sistemática destinada a expulsar a população albano-kosovar, tanto das zonas rurais como das zonas urbanas, obrigando-a a atravessar as fronteiras da província em direcção à Albânia e à ARJM. Houve também notícia de que as autoridades da RFJ estavam a proceder à apreensão em massa dos documentos de identidade, registos civis e títulos de propriedade dos refugiados albano-kosovares. No total, mais de um milhão de albano-kosovares foram obrigados a abandonar as suas casas desde o início da crise, na Primavera de 1998, a maioria dos quais (bastante mais de 800 000) a partir dos finais de Março de 1999. No final do conflito armado, contavam-se cerca de 450 000 albano-kosovares deslocados na Albânia, 250 000 na ARJM, 21 700 na Bósnia-Herzegovina e 70 000 no Montenegro.

11. O afluxo maciço de refugiados representou um risco de desestabilização para os países limítrofes, em especial para a ARJM. Para aliviar a pressão sobre a região, foram evacuados para países terceiros 92 000 refugiados (cerca de 53 000 para os Estados-Membros). Ainda assim, embora centenas de milhares de pessoas tenham fugido do Kosovo, calcula-se que tenham permanecido na província, em condições deploráveis, cerca de 500 000 kosovares de etnia albanesa, muitos dos quais internamente deslocados.

12. A decisão do Governo e do Parlamento da RFJ, tomada em 2 e 3 de Junho, de aceitar as condições do G-8 para pôr termo aos ataques aéreos, bem como a Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 10 de Junho de 1999, abriram o caminho à retirada das forças da RFJ do Kosovo, ao estabelecimento de uma administração militar na província pela KFOR, a uma administração civil pelas Nações Unidas (MIKNU) e ao regresso dos kosovares deslocados. No espaço de três semanas após a assinatura do acordo de paz, regressaram ao Kosovo mais de 600 000 refugiados, num movimento que constituiu um dos mais rápidos regressos da história moderna. A vasta maioria dos albano-kosovares deslocados na região regressou ao Kosovo espontaneamente ou com o auxílio da comunidade internacional, e deu início à reconstrução das suas casas. Deu-se também o regresso voluntário dos que se refugiaram em países mais distantes, incluindo os Estados-Membros.

13. Em meados de Março de 2000, tinham regressado ao Kosovo mais de 830 000 pessoas deslocadas. Desde o regresso em massa dos albano-kosovares ao Kosovo, os membros de grupos étnicos minoritários, como os sérvios e os ciganos, estão em sério risco de sofrer graves formas de discriminação e perseguição na província, incluindo agressões físicas, que chegam por vezes a ser mortais, fogo posto e pilhagem dos seus bens. Em 1 de Fevereiro de 2000, a Cruz Vermelha e as autoridades locais da RFJ indicaram que o número total de PDI do Kosovo, tanto na Sérvia como no Montenegro, atingia os 235 000. O ACNUR está a proceder, juntamente com as autoridades jugoslavas, a um registo para verificar este número. Este trabalho já está concluído no Montenegro, estando registadas mais de 30 000 PDI. Na RFJ, há já mais de meio milhão de refugiados das guerras anteriores na Croácia e Bósnia-Herzegovina. Dos cerca de 5 000 refugiados croatas e bósnios presente no Kosovo antes dos ataques aéreos da NATO, apenas 600 se mantiveram na região. Calcula-se que continuam nos países vizinhos mais de 25 000 refugiados do Kosovo, incluindo albaneses, sérvios e ciganos.

14. A Resolução do Conselho de Segurança 1244 (1999), de 10 de Junho de 1999, instituiu a Missão de Administração Provisória das Nações Unidas no Kosovo (MIKNU) por um período inicial de 12 meses. A MIKNU é constituída por três componentes, sendo a ONU a organização dirigente na sua componente de administração civil, o ACNUR a agência coordenadora da ajuda humanitária no Kosovo e entidade que dirige o Pilar dos Assuntos Humanitários da estrutura da MIKNU, a OSCE a organização que dirige as tarefas de criação de instituições da MIKNU e a União Europeia, que lidera as tarefas da MIKNU de reabilitação e reconstrução económica. Desde então, a MIKNU progrediu no que se refere à implicação da população do Kosovo na administração provisória da província. O acordo sobre a criação de uma estrutura administrativa provisória conjunta Kosovo-MIKNU constitui um passo importante nesta direcção. Nesse período, foi concluído o processo de desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo (ELK) pela KFOR e deu-se início ao processo de desmilitarização dos antigos soldados e à sua integração na vida civil. A criação do Corpo de Protecção do Kosovo (KPC) foi muito importante neste contexto. Foram igualmente dados passos encorajadores na criação de movimentos políticos democráticos e unificados. Ao mesmo tempo, continuou a registar-se um elevado número de ataques a sérvios do Kosovo e a outras minorias étnicas, constituindo este factor a questão preponderante em matéria de direitos humanos no Kosovo.

### **Situação política**

#### **Albânia**

15. Os acontecimentos de Setembro de 1998 – que levaram à demissão do Primeiro-Ministro Fatos Nano – confirmaram mais uma vez a volatilidade e o carácter conflituoso da vida política na Albânia. De acordo com a Constituição, o Governo é responsável perante o parlamento unicameral, mas na prática o papel deste último tem sido sempre limitado. Apesar de o Governo estar em funções desde Julho de 1997, a sua acção foi restringida por um boicote (renovado a partir de princípios de Julho de 1998) por parte do principal partido da oposição. Esse boicote terminou em 21 de Julho de 1999, pelo que o Parlamento deverá tornar-se doravante um órgão legislativo mais eficaz. A OSCE, que tem vindo a acompanhar o funcionamento desta instituição, registou apenas algumas irregularidades e lacunas de menor importância no que se refere aos procedimentos legislativos.

16. A vida política e parlamentar da Albânia tem sido dominada por uma forte bipolarização e confrontação entre os partidos políticos, principalmente no que se refere às questões da corrupção, da ordem pública e da atitude perante a crise no Kosovo, que vieram introduzir elementos de vulnerabilidade nos sectores político, social, económico e institucional.

17. De acordo com as principais disposições constitucionais e com várias leis adoptadas, existe uma separação jurídica entre os poderes. No entanto, atendendo à tradicional fraqueza do Parlamento, ao mau estado do aparelho judiciário e à grande ineficácia da administração, a separação de poderes só é aplicada parcialmente.

18. As eleições locais parciais realizadas em Julho de 1998 para preencher o vazio institucional em vários domínios resultante da crise de 1997 contaram com uma participação invulgarmente baixa (menos de 50%). Estas eleições foram consideradas pela OSCE livres e isentas.

19. O governo liderado pelo Primeiro-Ministro Fatos Nano era apoiado pelo Partido Socialista, pelo Partido Social-Democrata, pelo Partido dos Direitos Humanos, pela Aliança Democrática e pelo Partido Agrário, e demitiu-se na sequência de uma crise desencadeada por desordens após o assassinato, em 12 de Setembro de 1998, de Azem Hajdari, deputado do Partido Democrático. Na sequência da resignação do Primeiro-Ministro Fatos Nano em 28 de Setembro de 1998, em 2 de Outubro do mesmo ano entrou em funções um novo Governo, liderado pelo jovem Secretário do Partido Socialista Pandeli Majko.

20. Ao apresentar o seu programa ao Parlamento, Pandeli Majko afirmou que o novo Governo tinha como prioridades desenvolver a democracia (dialogar com a oposição, aprovar uma Constituição e acelerar a reforma da administração pública) e fomentar ao mesmo tempo a ordem pública e o combate à corrupção. Em 22 de Novembro de 1998, a nova Constituição foi aprovada por um referendo popular acompanhado por observadores internacionais. A nova Constituição – preparada em cooperação com o Conselho da Europa – está redigida na linha das modernas leis constitucionais democráticas.

21. A situação interna do país continua difícil. O mau funcionamento é sobretudo evidente no que respeita à segurança pública, à manutenção da lei e da ordem e à corrupção (note-se que em 24 de Janeiro de 1999 as autoridades albanesas decidiram aderir à Convenção do Conselho da Europa sobre corrupção), para não falar do elevado nível de desemprego. Em Dezembro de 1998, já sob o novo Governo (em funções desde Outubro de 1998), foi iniciado um diálogo extraparlamentar entre o Primeiro-Ministro Pandeli Majko e o Partido Democrático (Sr. Berisha). Este diálogo, que se desenvolveu no contexto da situação no Kosovo e prosseguiu durante o afluxo maciço de refugiados, contribuiu para o melhoramento do clima político na Albânia e também para o regresso ao Parlamento do Partido Democrático.

22. Em 28 de Outubro de 1999, o antigo Primeiro-Ministro, Ilir Meta, formou um novo governo, que prosseguiu em grande medida as políticas do anterior governo. A luta contra a corrupção e a restauração do Estado de direito continuam a ser prioritárias. Os ministros-chave (Negócios Estrangeiros e Defesa) foram confirmados nos respectivos postos. Recorde-se que esta mudança no governo teve lugar de acordo com processos constitucionais.

### **Região limítrofe**

23. A vida política na RFJ é dominada pelo Presidente Federal Slobodan Milosevic, que controla o país graças ao seu cargo de Presidente da República da Sérvia, Presidente do Partido Socialista da Sérvia (PSS) e ao domínio que exerce sobre outras instituições formais e informais. Embora o PSS não seja maioritário nem no Parlamento Federal nem no Parlamento sérvio, controla as coligações no poder e detém os cargos-chave da administração.

24. A comunidade internacional não reconhece a pretensão da RFJ a ser o único Estado sucessor da antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia (RSFJ). A RFJ não pode, por conseguinte, ocupar o lugar da RSFJ nas Nações Unidas (ONU), na Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) ou noutras organizações internacionais e financeiras. As relações bilaterais da RFJ com os países limítrofes são ensombradas pelos problemas decorrentes do desmembramento da antiga RSFJ e pelo mais recente conflito no Kosovo.

25. O Kosovo faz fronteira com a Sérvia a norte e nordeste, com o Montenegro a noroeste, com a Albânia a oeste e com a Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM) a sul. De acordo com o recenseamento de 1991, a população do Kosovo elevava-se a 1 930 000 habitantes, dos quais 1 608 000 albaneses (estimativas do Serviço Nacional de Estatísticas com base no anterior recenseamento de 1991; os albaneses boicotaram o recenseamento de 1991), 195 000 sérvios, 57 000 muçulmanos (de língua sérvia), 43 000 ciganos, 20 000 montenegrinos, 11 000 turcos e 6 000 pessoas de outras nacionalidades. Segundo a Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1244 (1999), de 10 de Junho de 1999, o Kosovo está sob administração directa da ONU, mas continua a fazer parte integrante da República Federativa da Jugoslávia. Os representantes dos sérvios no Kosovo não participam no Conselho Transitório do Kosovo (CTK), criado sob a presidência de Bernard Kouchner, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU.

### **Situação económica**

#### **Albânia**

26. Com um PIB per capita de cerca de 765 euros, em média, a Albânia é o país mais pobre da Europa. De acordo com o Banco Mundial, 30% dos seus 3,4 milhões de habitantes vivem abaixo do limiar de pobreza, o que torna ainda mais difícil a transição para uma economia de mercado mais aberta. A economia reagiu em 1993-95 após a grave depressão causada pelo desmoronamento, em 1990-1991, do anterior sistema central planificado. A maior parte das terras agrícolas foi privatizada em 1992, o que gerou um aumento significativo dos rendimentos dos camponeses. No entanto, a fraca determinação do Governo para manter as políticas de estabilização durante o ano eleitoral de 1996 contribuiu para reavivar as pressões inflacionistas, acicatadas por um défice orçamental de mais de 12%. No início de 1997, o colapso dos sistemas financeiros piramidais – que tinham atraído depósitos de uma parte considerável da população adulta albanesa – desencadeou graves perturbações sociais que conduziram a mais de 1 500 mortes, a amplos prejuízos materiais e a uma queda de 8% do PIB.

27. O novo Governo instalado em Julho de 1997 lançou as primeiras medidas para restaurar a ordem pública e estimular a actividade económica e o comércio. O nível de desemprego é elevado, constituindo os jovens excluídos do mercado de trabalho um grupo numeroso, frustrado e instável de potenciais migrantes. As estatísticas oficiais apontam para uma taxa de desemprego de mais de 20%. A economia continua a ser sustentada pelas remessas enviadas por cerca de 20% da mão-de-obra que trabalha no estrangeiro, principalmente na Grécia e na Itália. As referidas remessas equivalem, no mínimo, a 25% do PIB e contribuem, juntamente com as ajudas ao desenvolvimento, para aumentar o PIB e para contrabalançar o enorme défice do comércio externo.

28. Apesar das numerosas dificuldades enfrentadas, a Albânia continuou a implementar as políticas de estabilização acordadas com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI). Em Maio de 1998, as autoridades acordaram com o FMI um esquema no âmbito da Facilidade de Ajustamento Estrutural Reforçada (FAER) durante três anos, em apoio ao programa económico a médio prazo. A inflação anual, que era de 42% em 1997, baixou para 8,7% em 1998, podendo este bom resultado atribuir-se em grande parte a uma prudência constante das políticas monetária e fiscal. A queda da inflação permitiu relaxar um pouco a política monetária. O lek manteve-se razoavelmente estável em 1998 sem qualquer intervenção significativa por parte das autoridades monetárias. Espera-se que o aumento do PIB em 1998 tenha atingido 8% (-7% em 1997), o que deverá ser suficiente para elevar os resultados da economia ao seu nível de antes da crise. No entanto, o crescimento pode ser grandemente afectado pela continuação da instabilidade política e dos conflitos civis, que desencorajam os investidores nacionais e estrangeiros.

29. O orçamento já está a ser aplicado em grande medida rumo ao objectivo de um défice financiado por recursos nacionais equivalente a 6,5% do PIB no que se refere a 1998 (1997: 11%). As receitas fiscais cobradas pelas alfândegas (IVA, direitos e impostos especiais) nos primeiros sete meses de 1998 representaram quase o dobro do montante cobrado durante o mesmo período em

1996, antes da crise. As receitas provenientes dos direitos aduaneiros constituem uma das principais fontes de receita fiscal; as receitas fiscais provenientes de outras fontes são muito reduzidas devido à grande dimensão da economia informal.

30. No que respeita à liberalização do comércio, a Albânia não impõe restrições quantitativas às importações, e mantém muito poucas para as exportações. Foi decidida uma nova redução das taxas pautais e do número de taxas, a implementar em Abril de 1999, e em Janeiro de 1999 procedeu-se a uma harmonização dos impostos especiais aplicáveis aos produtos importados e aos produtos nacionais. A última ronda de negociações para a adesão à OMC veio confirmar que é muito provável que a Albânia se torne membro desta organização num futuro não muito longínquo. A liberalização dos preços já está mais ou menos concluída, exceptuando-se os transportes públicos, as tarifas ferroviárias, as tarifas postais, a electricidade e o fornecimento de água em meio rural. A circulação de capitais está amplamente liberalizada.

### **Região limítrofe**

31. Ao colapso da RSFJ em 1991 seguiu-se a suspensão de importantes fluxos comerciais inter-repúblicas. A produção da RFJ sofreu uma quebra de 50% em 1992-93. A hiperinflação foi estancada com a introdução, em Janeiro de 1994, de uma nova unidade monetária; desde então, os preços têm-se mantido relativamente estáveis. A suspensão em Dezembro de 1995, na sequência dos Acordos de Dayton, das sanções decretadas pela ONU, não estimulou grandemente o crescimento económico. Ainda antes da crise do Kosovo, o desemprego e o subemprego mantinham-se a níveis elevados, uma vez que o Governo não pôde ou não quis introduzir as necessárias medidas de reestruturação. O Governo também não procedeu às reformas económicas de fundo que se impunham, como as privatizações.

32. Os acontecimentos no Kosovo desde a Primavera de 1998 e a reacção da comunidade internacional à repressão sérvia conduziram a uma nova deterioração das condições económicas na RFJ. A UE decretou novas sanções económicas, e a RFJ continua excluída das instituições financeiras internacionais. O PIB terá descido, segundo estimativas, para cerca de 1000 euros *per capita* e por ano. Os danos que a Operação Força Aliada infligiu à indústria e às infra-estruturas foram relevantes.

33. Já antes dos confrontos, que tiveram início no princípio de 1998, a economia do Kosovo era débil, com níveis de desemprego que, segundo estimativas, chegavam a atingir os 75%, e muitas famílias a viverem da ajuda de familiares emigrados. Os serviços de saúde e de educação eram prestados por canais paralelos, um dos quais controlado pela comunidade albanesa do Kosovo. Desenvolveu-se, além disso, um importante sector informal ("cinzento") da economia, controlado em grande medida pelo elemento étnico albanês. Se antes da crise um grande número de albanos-kosovares recebia auxílio humanitário de ONG internacionais, os confrontos de 1998 no Kosovo deixaram grande parte da população numa situação de dependência do apoio externo, mesmo para as necessidades mais imediatas do dia-a-dia.

34. A ofensiva de depuração étnica do exército e das forças paramilitares e de segurança jugoslavos, iniciada nos princípios de 1999 e intensificada a partir de 24 de Março de 1999, devastou e despovoou vastas zonas do Kosovo: 104 000 unidades habitacionais sofreram danos graves, tendo 54 000 sido completamente destruídas; foram devastadas 900 escolas (UNICEF), das quais 100 ficaram totalmente destruídas; apenas cerca de 10–15% das instalações de cuidados primários de saúde em toda a província estão ainda operacionais. Os hospitais e os maiores centros de saúde foram danificados em menor escala. As minas antipessoal, as armadilhas e as bombas por explodir constituem uma ameaça considerável para a segurança da população do Kosovo. Desde Junho de 1999, registaram-se 424 incidentes relacionados com minas, incluindo 92 casos mortais. O Programa de Acção de Minas, coordenada pelo Centro de Coordenação das Nações Unidas neste domínio, centrou as suas actividades na desminagem do maior número possível até ao início do Inverno. Além disso, foram cercados e desminados mais de 2,2 milhões de metros quadrados dos campos do Kosovo. As equipas de desminagem extraíram 2 430 minas antipessoal e grandes quantidades de minas anti-tanques, granadas e outros materiais explosivos. Apesar da extensa desminagem, calcula-se que serão precisos mais de dois anos para desminar todo o Kosovo. A população, incluindo as pessoas que regressaram, ficará dependente durante algum tempo da ajuda humanitária.

### **Ajuda humanitária e reconstrução económica do Kosovo**

35. Uma primeira conferência de doadores para o Kosovo, realizada em 28 de Julho de 1999, em Bruxelas, estabeleceu em 2 082 mil milhões de euros o montante a disponibilizar para cobrir o défice orçamental apresentado pela MIKNU, as necessidades básicas imediatas identificadas pelas agências da ONU e as exigências imediatas a nível da reconstrução. A segunda conferência de doadores para o Kosovo, realizada em 17 de Novembro de 1999, em Bruxelas, comprometeu-se a disponibilizar mais mil milhões de euros para projectos de reconstrução no ano 2000 e 88 milhões de euros para um orçamento do Kosovo calculado em 515 milhões de euros para 1999/2000.

36. O Conselho Executivo do Banco Mundial, reunido em Washington, em 8 de Outubro, aprovou a disponibilização de uma primeira fracção de 25 milhões de euros, de um montante total de 60 milhões de euros, para ajudar à reconstrução das infra-estruturas do Kosovo e ao desenvolvimento de uma economia moderna durante um período de 18 meses. Esta reunião foi precedida por uma reunião conjunta do Banco Mundial e do Grupo Director de Alto Nível, dirigido pela Comissão Europeia, realizada em 28 de Setembro de 1999, em Washington, para analisar os progressos da reconstrução e o programa de recuperação económica do Kosovo.

37. A Comissão Europeia, os Estados-Membros da UE e outros Estados, organizações internacionais e ONG levaram conjuntamente a efeito um programa de preparação para o Inverno destinado a providenciar instalações básicas para as pessoas que regressam. O Inverno de 1999-2000 testou a capacidade da comunidade internacional de responder a necessidades humanitárias em grande escala e de assegurar o fornecimento de serviços básicos adequados, nomeadamente abrigo, ajuda alimentar, serviços médicos e protecção. As agências humanitárias deverão retirar-se gradualmente até meados do ano 2000, devendo os esforços de reconstrução e desenvolvimento ser aumentados. O RESG da MIKNU está especialmente encarregado de administrar a transição da ajuda de emergência para a reconstrução e o desenvolvimento. Os dois pressupostos mais importantes para esta etapa são a melhoria da situação a nível da segurança, em especial para as populações de etnia não-albanesa, e a estabilidade na região.

## Direitos humanos

### Albânia

38. A Albânia é membro do Conselho da Europa desde 1994. A liberdade de expressão, inclusive da imprensa, é geralmente respeitada neste país. No que se refere aos meios de comunicação electrónicos, a televisão e a rádio nacionais parecem ter estabelecido um maior equilíbrio na cobertura dos acontecimentos. Com a adopção da nova Constituição em 28 de Novembro de 1998, a Albânia deu um grande passo em frente, em especial no tocante à observância dos direitos humanos e, mais concretamente, em relação ao respeito da sua obrigação em matéria de direito de asilo decorrente da Convenção de 1951. Com efeito, a Constituição contém um artigo sobre o direito ao asilo (artigo 40º). Prevê também que os instrumentos internacionais subscritos pela Albânia têm precedência sobre a legislação nacional (artigo 5º) e consagra o direito à não repulsão (nº 3 do artigo 39º) e à liberdade de circulação (artigo 38º).

39. O direito de reunião e de manifestação é em geral respeitado. Os comícios da oposição, em especial os que o Partido Democrático (PD) organiza regularmente na principal praça de Tirana, decorrem habitualmente sem incidentes de maior, com excepção dos acontecimentos ocorridos em 14 de Setembro de 1998 na sequência do assassinato de Azem Hajdari, que levaram a uma ocupação temporária das instalações do Governo e da TV. Após este acontecimento, a presença da polícia tem sido maior, mas em geral não tem sido dada execução a quase nenhuma das proibições de manifestação emitidas em várias ocasiões pelo Ministro do Interior por motivos de ordem pública. O direito de associação está geralmente assegurado, devendo os partidos políticos solicitar ao Ministro da Justiça uma certificação oficial. No entanto, vários membros da oposição continuam a queixar-se de tentativas de intimidação por parte da polícia.

40. Os direitos das minorias na Albânia (além de pequenas comunidades de vlacos, ciganos, sérvios, búlgaros e montenegrinos, a principal minoria é constituída por elementos de etnia grega) estão garantidos pelas disposições fundamentais da Constituição. A minoria grega está bem organizada e é representada a nível político pelo Partido dos Direitos Humanos, que tem acesso aos meios de comunicação social da mesma forma que os outros partidos e associações. Quase todas as escolas gregas afectadas pela crise de 1997 foram recuperadas. Existe o direito de utilizar as línguas minoritárias nos processos instaurados nos tribunais. Embora a minoria cigana continue a ser alvo de preconceitos, estes não são oficialmente sancionados e as manifestações de intolerância são menos comuns do que noutros países da região.

41. A Albânia continua marcada pela ausência de ordem pública em vastas zonas do país e pela difusão da criminalidade e do tráfico de armas. O aparelho judiciário e policial actua geralmente em más condições. Neste contexto, o direito de interpor recurso, de beneficiar de um processo equitativo ou de gozar de protecção contra uma detenção arbitrária, que está juridicamente assegurado, na prática não pode ser aplicado. É de notar também que as prisões da Albânia continuam em muito mau estado, ainda que duas tenham sido restauradas após a crise de 1997. Desde o final de 1997, todos os tribunais voltaram a abrir (40% tinham sido completamente destruídos durante a referida crise); no entanto, o seu funcionamento é limitado devido à contínua ausência de investigação por parte do ministério público e da polícia locais.

42. Nesta sociedade tradicionalmente falocrática, as mulheres continuam a ser vítimas de violência, inclusive no âmbito conjugal; todavia, a maior parte das ocorrências não chega a ser registada devido à quebra dos controlos policiais e ao fraco interesse por estes casos manifestado pela polícia no passado. Não existe nenhum programa de protecção dos direitos das mulheres patrocinado pelo Governo. As mulheres e as jovens são muitas vezes atraídas para círculos de prostituição, especialmente na Grécia e na Itália. De acordo com um relatório da OIM em 1996 registaram-se 3 600 casos de tráfico de mulheres albanesas na Itália; a título de comparação, registou-se uma média de 300 casos nos outros países. A rigidez das noções de honra familiar torna extremamente difícil o regresso dessas mulheres e jovens às suas comunidades de origem.

## **Região limítrofe**

43. As violações dos direitos humanos contra as minorias, em especial os sérvios do Kosovo, continuaram, incluindo os assassinatos, raptos, ameaças, espancamentos, discriminação no acesso a serviços públicos básicos e ataques com granadas contra bens. Os registos de raptos de sérvios parecem ter diminuído, embora esse facto possa estar relacionado com a tendência geral da redução de população de etnia sérvia em zonas de maioria albano-kosovares. Grande parte dos casos de pessoas desaparecidas registados desde o final do conflito não foram resolvidos. Ciganos, eslavos muçulmanos e outras minorias ainda sofrem abusos. Estas comunidades enfrentam acusações por parte dos albano-kosovares de terem colaborado com as autoridades sérvias durante o conflito. Os albano-kosovares foram igualmente alvo de violências e intimidação. Continuam igualmente a registar-se actos de fogo-posto e ataques com granadas contra os bens das minorias e respectivos símbolos culturais.

44. O ACNUR e a OSCE concluíram a sua quarta análise conjunta da situação das minorias étnicas no Kosovo em Fevereiro de 2000, e informaram que, de um modo geral, a situação das minorias étnicas do Kosovo era extremamente precária. O relatório referia que, embora as estatísticas de actos criminosos indicassem uma descida do número global de incidentes violentos no que se refere às minorias, registou-se igualmente uma redução significativa da população não albanesa desde Junho de 1999. A análise indica ainda que os crescentes esforços da KFOR em matéria de protecção, em especial através da colocação de tropas fixas permanentes, desempenha um papel preventivo e dá mais confiança às minorias rurais.

## **B. QUADRO ESTATÍSTICO E SITUAÇÃO DE PARTIDA**

### **I. Nacionais da Albânia nos Estados-Membros da UE**

45. As estatísticas do Eurostat (Anexo I) revelam que os albaneses representam a maior parcela de nacionais de países terceiros residentes na Itália e na Grécia. Nos últimos anos, foi a albaneses que os dois países concederam as quantidades mais elevadas de autorizações de residência (70 000 a Grécia e 75 000 a Itália, em 1998). Os albaneses representam também a maior parcela entre os imigrantes legalizados na Itália (15% do total de imigrantes extra-União). Embora não se disponha de dados seguros sobre a imigração ilegal, o número mais elevado de cidadãos albaneses repatriados da Itália e da Grécia ou aos quais foi recusada a entrada na fronteira prova que o fluxo clandestino é constante. Um número significativo de estudantes do terciário albaneses encontra-se matriculado na Itália, na Alemanha e na Grécia.

### **II. Análise das causas de fuga e migração**

46. A Albânia é um país de origem e de trânsito de fluxos migratórios dirigidos para países europeus e desde 1990 conhece uma migração maciça. Segundo os serviços da emigração albaneses, mais de 500 000 albaneses (cerca de 15% da população) emigraram, durante o período 1990-1997. É genericamente admitido que em cada família albanesa um membro vive no estrangeiro e contribui para o sustento do agregado. A economia albanesa depende actualmente em grande medida das remessas dos emigrantes.

#### Apontamento histórico

47. Até 1989 – isto é, até à queda do regime comunista – a migração era virtualmente inexistente, excepto enquanto operação clandestina de elevadíssimo risco. A onda de entusiasmo trazida pela

liberdade de circulação, consubstanciada na possibilidade de deixar livremente um país que permanecera durante anos cortado do mundo exterior, varreu a Albânia como uma vaga, como manifestação visível das liberdades democráticas recém-conquistadas.

- A primeira abertura política e económica do país (finais de 1991/princípios de 1992) foi por conseguinte marcada por uma grande instabilidade e por uma emigração maciça: cerca de 50 000 pessoas para a Itália (metade das quais foi forçada a regressar temporariamente) e cerca de 30 000 para a Grécia;
- O período entre 1992 e finais de 1996 (processo de reformas económicas e políticas que proporcionou uma relativa estabilização na Albânia, com a notável excepção do sector financeiro) foi marcado por um fluxo regular "contido": a migração para a Itália ascendeu a 200 000, e para a Grécia a 300 000. Os números oficiais gregos (Junho de 1996) apenas davam conta de 150 000 imigrantes.
- Dez. 1996/Abr. 1997 (crise relacionada com o colapso dos "sistemas em pirâmide"): aumento brusco do afluxo, designadamente para a Itália (30 000) e para a Grécia (40 000), retorno parcial e redução assinalável do afluxo na sequência da ocupação do terreno por uma força Multilateral de Protecção liderada pela Itália (Abril-Agosto de 1997).
- Desde finais de 1997: manifestamente, a migração de albaneses para a UE prossegue (em especial para a Itália, a Grécia, a Suíça e a Alemanha via Itália), mas também para outros países, mormente outros países desenvolvidos (como os EUA, o Canadá e a Austrália) ao ritmo de 5 000 por mês.

#### Causas da migração

48. Pondo de parte o período concreto de indefinição política e ameaça de fome que correu durante a primeira crise de transição (finais de 1991/princípios de 1992), os albaneses têm deixado o país essencialmente pelas seguintes razões:

- Razões económicas. A emigração é sentida pela maior parte da população albanesa como única resposta imediata às necessidades económicas do país e à instabilidade social.
- Um número significativo de albaneses abandonou o lar por causa da incapacidade da autoridade pública para fazer respeitar efectivamente a lei e a ordem e para proteger os direitos do Homem. A sociedade albanesa contém ainda, transcorrido o seu longo período de isolamento, elementos tradicionais de que se destacam o papel significativo dos clãs e os homicídios de sangue e vindicativos, que agravam os antagonismos sociais e políticos e pioram a situação da segurança no país. Consequentemente, outras razões para os albaneses abandonarem os seus lares são as más condições de segurança e as violações dos direitos do Homem. Em consequência da crise do estado de 1997, registaram-se graves falhas na manutenção da ordem pública e da segurança no país e um aumento generalizado da fraude, da corrupção e da criminalidade organizada (já importante antes dessa crise). Algumas zonas são controladas por quadrilhas armadas, uma vez que o governo não tem sido capaz de garantir a protecção dos cidadãos e o primado do direito. Dever-se-á contudo assinalar que o Governo lançou recentemente uma nova campanha de restauração da lei e a ordem e luta contra a corrupção e que a polícia efectuou operações anti-banditismo em várias zonas do país. São igualmente assinaladas como causas de migração o antagonismo entre os partidários socialistas e os democratas e a rebeldia contra o serviço militar.
- Há igualmente alguns factores centrífugos em acção: a presença de comunidades albanesas em alguns países de destino (como a Itália e a Grécia), os programas dos meios de comunicação e o conhecimento da língua influenciam a decisão de emigrar e a escolha do país de destino.

49. A política de "contenção" da comunidade internacional, que incluiu a presença da Força de Protecção Multilateral liderada pela Itália que ocupou o terreno em 1997 e a ampla ajuda imediata, humanitária e de outra natureza (administração aduaneira, recuperação de estabelecimentos prisionais) induziram uma notável diminuição do fluxo a partir de meados de 1997. As eleições de 1997, a instituição de um novo governo e um pacote de medidas de

assistência de toda a espécie reduziram a emigração albanesa aos níveis registados em 1992-1996. Dado, porém, que se mantém a mesma situação social e económica na Albânia e que persistem – pelo menos no futuro próximo – os actuais factores centrípetos e centrífugos, é provável que prossigam os fluxos de imigração oriundos da Albânia ou que por ela transitam.

50. Nos movimentos migratórios para o exterior da Albânia integram-se profissionais com boa formação e mão-de-obra qualificada. Trata-se de uma grave drenagem de profissionais qualificados e de mão-de-obra, essenciais para apoiarem e sustentarem a recuperação económica e social do país, drenagem essa que agrava a difícil situação com que se defrontam a Albânia e o seu povo.

#### A Albânia como país de trânsito

51. Nos últimos anos, grandes fluxos de curdos, indianos, paquistaneses, filipinos e chineses alcançaram a Itália através da Albânia. A viagem da grande maioria desses imigrantes é organizada clandestinamente por redes de traficantes e atravessa a região de Vlora, tida como o centro de passagem ilegal desses imigrantes. A fragilidade do Governo albanês, e a sua incapacidade de garantir condições de segurança aceitáveis fomentam tais fluxos.

#### Tráfico de migrantes

52. De entre os factores que permitem a chegada à Albânia de muitos imigrantes clandestinos de diferentes nacionalidades e grupos étnicos conta-se a consolidação das organizações criminosas implicadas na promoção da imigração clandestina como actividade permanente. As pessoas envolvidas no tráfico são, decerto, não as mais pobres, mas as que podem aceder às informações necessárias para se porem a caminho e possuem os recursos financeiros necessários para pagar a passagem para os países de destino final. Frequentemente as redes de passadores estão igualmente envolvidas no tráfico de droga e de armas.

53. A OSCE informou que pelo menos 25 grupos criminosos organizam e gerem o tráfico de imigrantes a partir de Vlora. Têm ligações com as autoridades locais e sólidos contactos com redes italianas, gregas e turcas. Utilizam barcos de borracha com capacidade para 20 a 30 passageiros, equipados com potentes motores. Por vezes, os imigrantes ilegais são embarcados no mar, a partir de um cargueiro fundeado ao largo do porto de Vlora. Num relatório de Dezembro de 1999, a EUROPOL analisava em profundidade a relação entre a imigração ilegal e o tráfico de migrantes, evidenciando as conexões identificadas entre a imigração ilegal e outras formas de criminalidade organizada, com sistemas eficazes e bem concebidos para evitar a acção da lei e a repressão.

## Albano-kosovares nos Estados-Membros da UE

54. Não existem dados estatísticos exactos sobre a dimensão da população kosovar residente e o número de requerentes de asilo nos Estados-Membros, porque habitualmente apenas se indicava o Estado de origem, e não a nação ou a língua materna.

55. A população albano-kosovar está concentrada nos Estados-Membros que, no passado, acolhiam mão-de-obra temporária da RSFJ.

56. O afluxo de requerentes de asilo desde o início de 1998 afectou também outros Estados-Membros. Em 1998, 71 360 cidadãos da RFJ (80 a 90% dos quais serão, segundo se estima, albano-kosovares) pediram asilo nos Estados-Membros; nos primeiros cinco meses de 1999, mais 32 837 e nos primeiros onze meses de 1999 mais 74 880.

57. A partir de finais de Março de 1999, as pessoas deslocadas do Kosovo pela ofensiva maciça de depuração étnica das autoridades jugoslavas receberam protecção adequada nos Estados-Membros, quer no quadro de procedimentos de asilo, quer através da introdução de um regime de protecção temporária ou da concessão de outras formas de estatuto.

58. A maioria dos albano-kosovares apresentou-se nas fronteiras dos Estados-Membros sem documentos de identificação. A crise não teve qualquer efeito dissuasor sobre o tráfico de seres humanos; muito pelo contrário, as organizações criminosas tentaram tirar proveito da situação. Além disso, foram evacuados da ARJM para os Estados-Membros 53 000 albano-kosovares.

## Análise das causas de fuga e migração

59. O processo que se iniciou em finais de Fevereiro de 1998 sob a forma de uma campanha contra o separatismo da UCK desembocou num vasto programa premeditado e sistemático de limpeza étnica da província sérvia do Kosovo, de onde se procurou expulsar os cerca de 1 700 000 residentes de etnia albanesa. No período compreendido, aproximadamente, entre 24 de Março e 10 de Junho de 1999 não existiu qualquer alternativa viável de fuga interna para os albano-kosovares no território da RFJ, excepto – até certo ponto – a república do Montenegro.

60. Até aos finais da década de 80, as razões que levaram os kosovares, nomeadamente os albano-kosovares, a emigrar foram sobretudo o desejo de melhorar o nível de vida, muitas vezes com a intenção de regressarem mais tarde ao Kosovo. Desde a supressão da autonomia da província de Kosovo-Metóia em 1990, a exclusão gradual dos albano-kosovares das esferas política e económica da sociedade tornou-se cada vez mais um factor que incentivou a emigração. As violações dos direitos humanos desempenharam também um papel cada vez maior.

61. A entrada no Kosovo das tropas da KFOR foi acompanhada de um êxodo de pessoas de etnia não albanesa e do regresso em massa de albano-kosovares. De um modo geral, a situação destes grupos em matéria de segurança continua a ser extremamente precária no Kosovo. Particularmente – mas não exclusivamente – afectados têm sido os grupos de sérvios e de ciganos. Tornou-se evidente que estes actos de violência têm por objectivo não apenas promover a vingança, mas "purgar o Kosovo da sua população não albanesa"<sup>1</sup>. A violência contra os eslavos muçulmanos e, em menor medida, contra os turcos e os croatas, tem sido igualmente significativa.

62. Entre os factores que influenciam a decisão da etnia albanesa de sair do Kosovo, contam-se a destruição de infra-estruturas, a falta de oportunidades de emprego, a ausência de quaisquer

---

<sup>1</sup> As seen, As Told, Parte II do Relatório da OSCE, Dezembro de 1999.

sistemas sociais, a precariedade da ordem pública e da segurança, e o alto grau de destruição ou danificação das habitações e bens em geral. Os laços familiares e subsequentes estruturas de apoio podem constituir outro factor que leva a decidir deixar a região. Para os elementos de etnia não albanesa, as contínuas violações graves dos direitos humanos são a principal razão de fuga.

## **C. MEDIDAS E ACÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS**

### **I. Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pelos Estados-Membros** (ver também Anexo II)

#### Políticas

63. Alguns Estados-Membros possuem representação diplomática na Albânia: Áustria, Dinamarca, Alemanha, França, Grécia, Itália e Reino Unido têm embaixadas em Tirana. O Governo neerlandês deve abrir uma representação no final do ano corrente. Existe uma delegação da Comissão em Tirana.

64. Para as consultas diplomáticas com a Albânia existem vários âmbitos:

- a) O diálogo político bilateral UE/Albânia (em princípio, uma vez por ano a nível ministerial – CAG, Tróicas – e várias vezes a nível de altos funcionários).
- b) Desde Abril de 1997, uma missão da OSCE na Albânia (Chefe da representação: Embaixador Ahrens) tem estado envolvida em actividades de mediação política e específicas da OSCE no domínio da democratização, dos meios de comunicação social e do judiciário. A missão da OSCE foi concedida como "um quadro de coordenação global" para a Albânia.
- c) São periodicamente convocadas "conferências internacionais" sobre a Albânia em que se empenham todos os Estados, organizações e instituições interessados (todos os países da UE, a Comissão, os EUA, a Rússia, a Turquia, a OSCE, o Conselho da Europa, o WEU, o FMI, o BM, o BERD) para debate e concertação sobre processo de estabilização na Albânia. Essas conferências foram acolhidas pela Itália em Maio, Julho e Outubro de 1997 e pela Albânia em Outubro de 1998.
- d) Em Setembro de 1998 foi criado um "Grupo de Amigos da Albânia" cujo intuito era assegurar a coerência política dos apoios ao país. O Grupo é co-presidido pela OSCE e pelas presidências da UE.
- e) Missão de Vigilância da União Europeia (EUMM): cerca de 10 observadores na Albânia.
- f) A Albânia participa plenamente no Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste.

## Económicas

65. Na sequência da grave crise de Estado na Albânia, é fornecida assistência económica à Albânia no âmbito de um "Programa de Recuperação" fixado conjuntamente em 1997 pelo Banco Mundial, pelo BERD e pela Comissão Europeia, em consulta com o FMI. O programa foi subscrito numa conferência de doadores (Bruxelas, 22 de Outubro de 1997), co-presidida pela Comissão Europeia e pelo Banco Mundial, que definiu objectivos precisos e uma divisão de tarefas entre os diversos doadores em diferentes sectores e disponibilizou mais de 600 milhões de euros. Paralelamente, deu-se início a um programa de emergência do FMI dirigido à estabilização macroeconómica, ao qual se seguiu um programa económico de médio prazo (desde Maio de 1998), apoiado por uma Facilidade de Ajustamento Estrutural Reforçado. Desde então, tiveram lugar reuniões periódicas gerais e sectoriais de doadores, organizadas na sua maior parte pelo Banco Mundial e/ou a Comissão Europeia. Foram também organizadas várias reuniões sectoriais pelo Grupo de Amigos da Albânia no seu elenco local (pela OSCE). Em 26 de Maio de 1999 foi organizada em Bruxelas uma reunião de doadores da Albânia do G 24, para coordenar a prestação de assistência macroeconómica à Albânia.

66. O comércio com a UE representa cerca de 90% do comércio externo da Albânia. Os parceiros comerciais da Albânia são a Itália, a Grécia e a Alemanha. Em 1998, as exportações ascenderam a 212,71 milhões de euros e as importações a 545,57 milhões de euros, sendo o saldo da balança comercial de (-) 332,85 milhões de euros.

## Cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária

67. A cooperação UE nos Balcãs – bem como na Albânia – tem essencialmente em vista contribuir para a manutenção da paz e a estabilidade económica e social na região. Além desses dois objectivos primordiais, estão a ser tomadas medidas para reforçar a criação de capacidades e instituições na óptica do desenvolvimento de estruturas administrativas e de gestão, bem como de pequenas empresas. Não contando com a Comunidade, a Itália é o maior doador bilateral da Albânia.

## **Região limítrofe**

68. Em harmonia com o consenso internacional em torno da ideia de que os albanos-kosovares deslocados do seu país de origem (com excepção das evacuações por razões humanitárias e as destinadas a diminuir a pressão sobre determinados Estados limítrofes) devem ser acolhidos e assistidos na região, todos os Estados-Membros disponibilizaram importantes meios de ajuda humanitária, em dinheiro e em géneros, para lhes permitir sobreviver e permanecer na região. O auxílio bilateral está agora a ser reorientado para o próprio Kosovo, tanto sob a forma de ajuda humanitária como de apoio ao regresso dos refugiados e ao processo de reconstrução.

69. Em resposta ao apelo do ACNUR, a maioria dos Estados-Membros colaborou na evacuação de albanos-kosovares deslocados na ARJM, tendo-lhes concedido protecção temporária. Não foi possível, no entanto, chegar a acordo sobre o número de deslocados a evacuar e a repartição de responsabilidades. Um Estado-Membro lançou igualmente um programa de evacuação de albanos-kosovares refugiados na Albânia e que tinham familiares próximos nesse Estado-Membro. Os albanos-kosovares que durante a crise chegaram pelos seus próprios meios aos Estados-Membros beneficiaram também de protecção temporária, autorização temporária de residência ou asilo.

## II. Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pela Comunidade/União na Albânia

### Políticas

70. No quadro do diálogo político bilateral instaurado, a UE e a Albânia já alcançaram uma vasta convergência de posições sobre questões internacionais e regionais. A utilidade desse diálogo foi comprovada durante anteriores conflitos nos Balcãs, inclusivamente durante a recente crise do Kosovo. Esse diálogo constituirá um importante instrumento no quadro do Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste.

71. Recentemente, a UE definiu a sua posição e tomou as seguintes iniciativas em relação à Albânia:

- Em 30 de Outubro de 1998, foi elaborada uma posição global para a Conferência Internacional de Tirana que fixava objectivos para o processo de estabilização na Albânia.
- Em 6 de Março de 1999, o Conselho aprovou uma acção comum relativa ao contributo da União Europeia para o restabelecimento de uma força policial viável na Albânia e convidou a UEO a dar execução a essa Acção Comum.
- Em 10 de Maio de 1999, o Conselho aprovou uma decisão relativa a um contributo da UE para promover a recolha e destruição de armas na Albânia.
- No Conselho "Assuntos Gerais" de 21/22 de Junho de 1999, a UE definiu a sua posição sobre o novo Processo de Estabilização e Associação para a Europa do Sudeste, que inclui a Albânia.

### Económicas e no domínio da cooperação para o desenvolvimento

#### A) Relações contratuais

72. Está em vigor desde Dezembro de 1992 um acordo sobre comércio e cooperação comercial e económica de natureza não-preferencial (simples acordo da Comunidade, não misto). Esse acordo contém uma cláusula suspensiva referente aos direitos do Homem. Já em 1995, a Albânia pediu a abertura de negociações para um acordo de associação. O Conselho "Assuntos Gerais" de 29/30 de Janeiro de 1996 convidou a Comissão a apresentar propostas formais de um novo acordo que tivessem em vista uma melhoria das relações com a Albânia. Todavia, tais perspectivas ficaram bloqueadas porque as eleições parlamentares de Maio de 1996 macularam o desempenho democrático da Albânia e foram seguidas por uma profunda crise do Estado, em 1997, provocada pelo colapso dos "sistemas em pirâmide".

73. Um reforço das relações contratuais terá de ser enquadrado na Abordagem Regional da UE e com base no cumprimento das condições necessárias (Conclusões do "CAG" de 29 de Abril de 1997) e em progressos reais na estabilização e desenvolvimento do país. No âmbito do novo pacto de Estabilização e de Associação, aprovado nas conclusões do "CAG" de 21/22 de Junho de 1999, a Comissão apresentou, em 24 de Novembro de 1999, o seu relatório sobre a viabilidade de negociações para um Acordo de Associação e Estabilização com a Albânia. Esse relatório evidenciava os défices políticos, económicos e institucionais que a Albânia deveria resolver antes da abertura de negociações e convidava a Albânia a apresentar um relatório sobre as acções empreendidas ou previstas nas áreas em causa. Esta abordagem foi subscrita pelas conclusões do CAG de 24/25 de Janeiro de 2000.

74. Quanto ao regime comercial, só muito recentemente foi proposto à Albânia o sistema comunitário de preferências generalizadas (SPG). Em 29 de Julho de 1999, o Conselho adoptou um regulamento relativo aos acordos comerciais aplicáveis às importações provenientes da Albânia. Este novo regime de preferências comerciais autónomas (comparáveis ao regime comercial proposto pela CE à Bósnia Herzegovina e à Croácia) inclui acesso livre de direitos à Comunidade para quase 80% das exportações albanesas e entrou em vigor a 1 de Outubro de 1999.

## B) Assistência

75. A CE concede uma considerável assistência à Albânia desde 1991: com 733 milhões de ecus concedidos durante o período compreendido entre 1991-1998, a Albânia tem beneficiado até à data da maior assistência CE *per capita* de todos os PECO. Desde a crise estatal de 1997, os principais sectores da intervenção PHARE após a crise de 1997 (113 milhões de euros em 1997/1998), no âmbito de um programa conjunto de recuperação (criado em colaboração com o FMI, o Banco Mundial e o BERD), são os seguintes:

### 1) Reforma da administração pública

Esta assistência centra-se na reforma das instituições estatais (ministérios estratégicos) e na criação do quadro jurídico e institucional adequado a um serviço público eficiente. Inclui apoio específico à polícia (sobretudo equipamento, em colaboração com a missão UEO/CPMA na Albânia), um programa conjunto do Conselho da Europa para promover uma reforma dos sistemas judiciário e jurídico e uma Missão de Assistência Aduaneira (MAA), essencialmente orientada para a cobrança de impostos, para a modernização dos serviços aduaneiros e para acções anti-fraude e anti-corrupção.

### 2) Infra-estrutura

Dado o mau estado generalizado das infra-estruturas na Albânia, o principal objectivo é a criação (e a manutenção) das principais ligações rodoviárias, assim como dos corredores transeuropeus Norte-Sul e Leste-Oeste. Além disso, esta assistência privilegia os portos e o abastecimento de água/condições de saneamento.

### 3) Agricultura

Neste sector fundamental, que representa mais de 50% do PIB, o Programa PHARE concentra-se na conclusão de um mapa topográfico e na melhoria das normas veterinárias.

### 4) Desenvolvimento das comunidades locais

As actividades vão desde a recuperação de edificios públicos (incluindo esquadras da polícia, escolas, etc.), construção ou recuperação de estradas locais ou outras infra-estruturas, até actividades ambientais de base (limpeza). Inicialmente concebido como um programa sobretudo destinado às zonas rurais e à criação de empregos locais (mão-de-obra não especializada), este programa foi recentemente alargado a Tirana e a outras cidades maiores, abrangendo igualmente embriões do plano de desenvolvimento regional.

Foi ainda prestada assistência PHARE:

- à cooperação no domínio da estatística, incluindo a preparação de um recenseamento da população;
- ao apoio à liquidação das sociedades de sistema em pirâmide (em colaboração com o Banco Mundial);
- à educação e formação

76. Em 1999, o Programa PHARE disponibilizou 56,5 milhões de euros (42,5 milhões para o programa nacional e 14 milhões para a cooperação transfronteiriça com a Grécia e a Itália) para os mesmos sectores estratégicos.

No âmbito do programa destinado às instituições estatais e à administração pública, está a ser prestada assistência financeira especial (14,9 milhões em subsídios) através do programa PHARE, abrangendo despesas prioritárias para o funcionamento dos ministérios mais importantes. Esta assistência está sujeita ao cumprimento de condições gerais (FMI) e sectoriais definidas pela Comissão. Está igualmente a ser prestada assistência financeira, ao abrigo da ajuda alimentar da CE (10,5 milhões de euros em subsídios), que está condicionada aos esforços efectuados no sector da agricultura. No que se refere à Facilidade de Ajustamento Estrutural Reforçada, concedida pelo FMI no âmbito do programa económico nacional a médio prazo, a CE decidiu igualmente conceder à Albânia, em Maio de 1999, um empréstimo máximo de 20 milhões de euros, relacionado com o Programa FAER/FMI. A CE concedeu uma assistência financeira suplementar para os custos relacionados com os refugiados do Kosovo (20 milhões de euros pagos e uma segunda fracção de mais 20 milhões no máximo correspondentes aos custos reais, que será paga depois de o Governo albanês ter apresentado um relatório circunstanciado das despesas).

### Ajuda humanitária

77. A ajuda humanitária é prestada pela ECHO desde o início de 1997, especialmente ajuda alimentar, cuidados de saúde e distribuição de água aos grupos mais vulneráveis da população albanesa e, desde Maio de 1998, especificamente aos refugiados kosovares, em colaboração com o ACNUR (11 milhões de ecus em 1998). Na sequência do afluxo maciço de refugiados de 1999 (Março-Junho), tem havido um acréscimo de actividade nos campos de refugiados e nas famílias de acolhimento (mais de 100 milhões de euros).

78. Foram prosseguidos, durante o tempo necessário, programas de ajuda, e o apoio aos grupos vulneráveis continuou em 2000. Os programas de ajuda, que se tornaram redundantes quando os refugiados regressaram, foram reorientados para preencher as necessidades mais prementes da população local, em especial nos domínios dos cuidados de saúde, da água e saneamento. Este programa constituiu também o prolongamento do anterior programa ECHO na Albânia na sequência da instabilidade e destruição em 1997.

### Medidas no domínio da Justiça e Assuntos Internos

79. O presente acordo sobre o comércio e a cooperação económica e comercial com a Albânia não inclui nem uma cláusula de readmissão, nem uma declaração comum relativa à readmissão. A Albânia consta da lista de países cujos nacionais devem ser detentores de visto para transporem as fronteiras externas dos Estados-Membros (Regulamento (CE) nº 2317/95 do Conselho). Existe um programa global Comissão/Conselho da Europa para promover a reforma do aparelho judicial na Albânia, de acordo com as normas europeias. A Albânia é parceiro no Programa PHARE "Multibeneficiários para a Luta Anti-Droga" e está a participar activamente, dentro das suas possibilidades, num projecto de redução da procura de droga. Quanto à redução da oferta, a Albânia manifestou a intenção de participar com 2 agentes no Projecto de Intercâmbio de Polícias especializados em Problemas de Droga, embora não exista actualmente uma participação activa na criação de uma polícia especializada neste domínio.

### III. Síntese das medidas e acções já desenvolvidas pela Comunidade /União na região limítrofe

#### Políticas

80. A UE e a comunidade internacional multiplicaram esforços para estabilizar a situação nos Balcãs Ocidentais. A iniciativa da UE – Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste – foi adoptada em 10 de Junho de 1999 pela UE, pelos países do Sudeste europeu e por outras partes. A RFJ foi convidada a subscrever o pacto assim que tiver cumprido as suas obrigações básicas. A UE é também um parceiro activo da Missão das Nações Unidas no Kosovo (MINUK), cabendo-lhe a responsabilidade pela reconstrução económica e social da região. As relações da UE com a Europa do Sudeste são regidas pelo Processo de Estabilização e Associação, em conformidade com as conclusões do Conselho "Assuntos Gerais" de 21-22 de Junho de 1999.

81. Até 24 de Março de 1999, todos os Estados-Membros excepto a Irlanda e o Luxemburgo tinham embaixadas em Belgrado. Quando começaram os ataques aéreos, a RFJ suspendeu as relações diplomáticas com o Reino Unido, a França e a Alemanha. A Itália, a Grécia e a Suécia mantiveram a sua presença em Belgrado e os demais países encerraram as respectivas embaixadas, sem todavia suspenderem as relações diplomáticas. Foi também encerrada, mas voltou entretanto a reabrir, a delegação da Comissão em Belgrado. Depois de a RFJ ter aceite as condições impostas pela comunidade internacional, reabriram as seguintes embaixadas: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Países Baixos, Portugal e Espanha.

82. Os Estados-Membros que são também membros da OTAN deram o seu contributo para os esforços no sentido de, através da intervenção militar, obrigar as autoridades da RFJ e da Sérvia a pôr termo à sua política de limpeza étnica no Kosovo e a aceitar as condições do G-8 e da UE. O Conselho da União Europeia declarou que "face às políticas extremistas e criminosamente irresponsáveis, bem como às repetidas violações das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, tornou-se necessário e justificado o recurso às medidas mais severas, incluindo a acção militar".

#### Relações económicas e reconstrução/ajuda

83. Desde que se desencadeou a crise no Kosovo, a UE desenvolveu gradualmente um regime de sanções contra a RFJ e a Sérvia. Esse regime inclui:

- a confirmação do embargo à exportação de armamento para a RFJ (Posição Comum 240/98, de 27 de Abril de 1998)
- a proibição da exportação de equipamento susceptível de ser utilizado para fins de repressão interna ou terrorismo (Posição Comum 98/240, de 19 de Março de 1998, e Regulamento 926/98 do Conselho, de 27 de Abril de 1998)
- uma moratória ao apoio ao comércio e aos investimentos sob a forma de créditos à exportação financiados pelos Governos, incluindo o financiamento público das privatizações na Sérvia (Posição Comum 98/240, de 19 de Março de 1998, e Regulamento 926/98 do Conselho, de 27 de Abril de 1998)
- a proibição de emissão de vistos para os responsáveis pela acção repressiva no Kosovo
- o congelamento de fundos detidos no estrangeiro pelos Governos da República Federativa da Jugoslávia e da República da Sérvia (Posição Comum 98/326 de 7 de Maio de 1998 e Regulamento 1295/98 do Conselho, de 22 de Junho de 1998)
- a proibição de novos investimentos na Sérvia (Posição Comum 98/374 de 8 de Junho de 1998 e Regulamento 1607/98 do Conselho, de 24 de Julho de 1998)
- a proibição de voos de transportadoras jugoslavas entre a RFJ e a CE (Posição Comum 98/426 de 29 de Junho de 1998 e Regulamento 1901/98 do Conselho, de 7 de Setembro de 1998)
- um embargo à venda de petróleo (Posição Comum 99/273 de 23 de Abril de 1999 e Regulamento 900/99 do Conselho, de 29 de Abril de 1999)

84. *O Montenegro e o Kosovo já foram excluídos da proibição de voos e do embargo à venda de petróleo. Desde Fevereiro de 1999, a proibição de voos foi temporariamente suspensa, por seis meses, no que se refere à Sérvia, mas a proibição de vistos e as restantes sanções financeiras, que afectam toda a RFJ, estão em processo de reforço. Os efeitos destas medidas sobre o Montenegro e o Kosovo são minimizados na medida do possível.*

85. Para a reconstrução do Kosovo a Comissão Europeia tinha um orçamento total de 127 milhões de euros em 1999, cuja implementação está bem avançada. Entre as acções identificadas em colaboração com a KFOR, a MINUK, o ACNUR e outras agências da ONU, incluem-se a desminagem, o fornecimento de materiais para a reparação de emergência de habitações e de edifícios públicos, o apoio a serviços públicos, a assistência aduaneira e um programa de emprego e recuperação de aldeias. A Comissão criou, em 1 de Julho de 1999, um Grupo Especial em Pristina (TAFKO), que implementou estes projectos, antes da criação, em Fevereiro de 2000, de uma Agência para a Reconstrução. Para 2000, a Comissão Europeia tem um orçamento total de cerca de 360 milhões de euros destinados à ajuda ao Kosovo.

86. No âmbito da administração civil internacional do Kosovo (MINUK), cabe especialmente à UE a responsabilidade pelas questões gerais de natureza económica, financeira e fiscal (4º pilar). As acções centraram-se na criação de um orçamento consolidado do sector público, incluindo um sistema orçamental e de gestão, na instituição de um sistema de cobrança de direitos aduaneiros e de um organismo fiscal central, nas questões bancárias e financeiras e na preparação, sector a sector, de um quadro de investimento a médio prazo.

87. Par além da ajuda humanitária e da ajuda à democratização, a UE iniciou, em 1998, uma ajuda ao Montenegro em grande escala, centrada em domínios como a agricultura, a educação e a administração pública. Embora a sua implementação tenha sido atrasada devido aos ataques aéreos da NATO sobre a RFJ, estes programas prosseguiram imediatamente depois. Desde 1998, foram autorizados pela CE para o Montenegro cerca de 82,7 milhões de euros, sem contar com as ajudas bilaterais que os Estados-Membros possam ter fornecido. Neste montante estão incluídos os 13 milhões de euros de ajuda financeira para os custos suplementares derivados da crise dos refugiados Kosovares e 10 milhões de euros em ajuda financeira directa ao abrigo do fundo comunitário de ajuda alimentar. A Comissão anunciou também recentemente (20 de Março) uma duplicação da assistência a título do OBNOVA 2000, de 10 milhões de euros para 20 milhões de euros, e está a trabalhar com o BEI no desencadeamento de operações do BEI de apoio ao Montenegro. Estão igualmente a ser desenvolvidos esforços para persuadir os ministros das Finanças a permitir o fornecimento de ajuda macro económica ao Montenegro.

#### Ajuda humanitária

88. A crise no **Kosovo** tornou ainda mais complicada a complexa crise na antiga Jugoslávia, com novas levas de pessoas deslocadas que se somaram ao já intrincado fluxo forçado de populações. O ECHO respondeu massivamente à crise no Kosovo nas suas diferentes fases, fornecendo um total de 378 milhões de euros como resposta directa aos acontecimentos de 1999. Isto representa um aumento marcante em relação a 1998, em que o ECHO forneceu 21,6 milhões de euros a favor das vítimas da primeira escalada de tensão e violência no Kosovo. Os esforços iniciais entre Março e Junho centraram-se na recepção e instalação de grande número de pessoas refugiadas e deslocadas provenientes do Kosovo para a antiga República Jugoslava da Macedónia, Albânia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina. Entre os finais de Março e Junho de 1999, a Comissão concedeu 182 milhões de euros para o efeito, proporcionando ajuda humanitária de emergência para as necessidades de alimentação e higiene, abrigo (campos de refugiados, instalações colectivas, famílias de acolhimento), cuidados médicos, apoio psico-social, serviços de protecção e serviços públicos. O ECHO foi o maior contribuinte da operação do ACNUR em resposta à crise no Kosovo.

89. A adopção da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 10 de Junho de 1999, e a subsequente instalação da KFOR no Kosovo levaram a um regresso dos muitos refugiados e deslocados mais rápido e abrangente do que o esperado. Na restante parte do ano, o ECHO concentrou os seus esforços no fornecimento de ajuda humanitária de emergência ao Kosovo, onde a destruição maciça de habitações e infra-estruturas, e a pilhagem generalizada significavam que os refugiados e pessoas deslocadas que regressavam necessitavam de um pacote abrangente de apoio a fim de assegurar condições de vida mínimas para o Inverno. Em 16 de Julho de 1999, a Comissão aprovou mais uma decisão de 196 milhões de euros de ajuda humanitária às vítimas da crise na região.

90. Em Maio de 1999, o ECHO e o ACNUR elaboraram um plano global de ajuda para o regresso ao Kosovo, plano esse que constitui, subsequentemente, a espinha dorsal dos esforços internacionais de ajuda humanitária no Kosovo. As ONG financiadas pelo ECHO, outros doadores e o ACNUR providenciaram mais de 65 000 abrigos e materiais para enfrentar o Inverno, o que permitiu aos refugiados reparar as suas habitações destruídas ou danificadas e assegurar locais aquecidos para o Inverno. Este programa foi complementado por projectos de pequena escala no domínio da agricultura, bem como por acções de desminagem de minas antipessoal e materiais por explodir.

A rápida instalação de uma Task Force da Comissão para a reconstrução do Kosovo (TAFKO) permitiu planear de imediato a transição da ajuda humanitária para a reabilitação e ajuda à reconstrução.

91. Os programas de ajuda nas repúblicas limítrofes (Montenegro, Albânia, ARJM) prosseguiram durante o tempo necessário, enquanto que o apoio aos grupos vulneráveis nessas repúblicas se manteve em 2000, a fim de mitigar as consequências negativas da crise sobre a situação dos grupos vulneráveis.

92. Embora as perspectivas para o Kosovo fossem boas na segunda metade de 1999, a situação na **Sérvia** deteriorou-se bastante, o que levou o ECHO a sextuplicar a sua ajuda em relação aos anos anteriores. Os programas alimentares e de saneamento a favor dos refugiados da Bósnia-Herzegovina e da Croácia foram rapidamente alargados, passando a abranger mais de 800 000 refugiados, pessoas deslocadas e grupos vulneráveis da população local.

93. A instalação das pessoas deslocadas do Kosovo implicou igualmente esforços significativos no domínio da reabilitação de emergência de centros colectivos e instalações privadas. Foi igualmente dada atenção à situação em matéria de instituições sociais e sanitárias, as quais receberam apoios orientados sob a forma de reabilitação mínima, equipamento e combustível para aquecimento.

94. Antes da crise no Kosovo, a Comissão tinha concedido 69 milhões de euros para a prossecução do programa pós-acordos de Dayton na Croácia, na Bósnia-Herzegovina e na RFJ. Embora a situação na RFJ se tenha deteriorado rapidamente, os planos iniciais de supressão gradual da ajuda do ECHO à Croácia e à Bósnia-Herzegovina foram mantidos, dado que a situação humanitária continuou a melhorar e que a necessidade de programas de ajuda diminuiu em consequência da recuperação geral nos domínios económico e social.

95. O apoio ao processo de regresso dos refugiados na Bósnia-Herzegovina e na Croácia manteve-se em 1999, tendo sido aumentados os esforços para assegurar uma transição harmoniosa para programas da Comissão de ajuda a mais longo prazo destinados a apoiar o regresso em ambos os países.

## Medidas no domínio da Justiça e Assuntos Internos

96. Os acordos bilaterais de readmissão com a RFJ actualmente em vigor não poderão ser aplicados enquanto as autoridades da RFJ pretenderem impor a utilização exclusiva de aviões dos transportes aéreos jugoslavos para os repatriamentos; esses acordos foram na sua maioria unilateralmente suspensos pelas autoridades da RFJ em reacção à Operação Força Aliada. No caso de esses acordos de readmissão com a RFJ se tornarem efectivos, não poderão ser utilizados para a readmissão ou repatriamento de albano-kosovares, por motivos relacionados, sobretudo, com a sua segurança na Sérvia. Enquanto as autoridades responsáveis pelas violações dos direitos humanos e pela deslocação de etnias no Kosovo se mantiverem no poder, qualquer fluxo de trânsito pela Sérvia porá em perigo a segurança e o bem-estar dos albano-kosovares.

#### **IV. Medidas e acções desenvolvidas pelo ACNUR, pela OIM, pelo CICV e por outras organizações intergovernamentais e não governamentais <sup>1</sup>**

##### **ACNUR**

###### Criação de capacidades / instituições

97. A fim de preencher a lacuna existente na legislação albanesa em matéria de asilo, o ACNUR facultou ao Governo albanês aconselhamento especializado e fundos para lhe permitir elaborar a sua própria legislação em matéria de refugiados/asilo e criar uma estrutura de implementação adequada. Para tal, foi criado um grupo de trabalho que concluiu com êxito esta tarefa. O projecto de lei foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 18 de Setembro de 1998 e pelo Parlamento Albanês em 14 de Dezembro de 1998. Outro aspecto da ajuda do ACNUR a favor da definição da legislação pertinente foi a contribuição dada para a elaboração do projecto de lei sobre a cidadania, cujas recomendações o Governo subscreveu inteiramente, permitindo assim a adopção, em 28 de Novembro de 1998, da nova Constituição. A Albânia deu deste modo um grande passo em frente no que se refere ao respeito das suas obrigações em matéria de direito de asilo decorrentes da Convenção de 1951.

###### Ajuda aos refugiados/requerentes de asilo

98. Dada a situação económica e a incidência do afluxo de refugiados na vida económica e social da Albânia, o ACNUR estabeleceu um projecto orientado para os refugiados que se encontram actualmente neste país. Este projecto foi implementado pelas ONG locais e internacionais, assim como pelo Governo albanês. O ACNUR dispunha igualmente (e continua a dispor) de um projecto de cuidados e manutenção destinado a fornecer assistência a um pequeno número de refugiados/requerentes de asilo sob a forma de um montante mensal para despesas de alojamento, alimentação e cuidados de saúde. Este projecto é executado pela Cruz Vermelha Albanesa. Os refugiados/requerentes de asilo que dele beneficiam são não-kosovares, ou seja, curdos do Iraque, paquistaneses, iranianos e sírios. Este projecto entrou no seu quarto ano de funcionamento e prosseguirá em 2000, com algumas alterações. Tendo em conta esta situação, o ACNUR estabeleceu um programa multi-sectorial, por intermédio do Governo albanês e de algumas ONG que trabalham no país, destinado a ajudar a população refugiada. Foram celebrados nove sub-acordos no âmbito desse programa multi-sectorial, tendo em vista cobrir os sectores mais elementares da assistência, tais como: alimentação, transportes, necessidades domésticas, saúde, infra-estruturas, serviços colectivos e educação.

###### Programa de informação massivo

99. Para evitar criar ilusões sobre a emigração e para permitir aos albaneses decidir em conhecimento de causa quanto ao seu futuro, o ACNUR lançou em 1997 e manteve em 1998 um programa de informação maciço. Esse programa abordou de forma exaustiva a questão da partida ilegal, do asilo, do estatuto do refugiado, assim como as principais razões subjacentes, tais como questões económicas e sanitárias específicas.

---

<sup>1</sup> O texto integral dos relatórios do ACNUR e da OIM consta do Anexo III. Muitas das medidas e acções descritas foram empreendidas com o apoio substancial da Comunidade e dos Estados-Membros.

## Protecção e ajuda aos refugiados kosovares

100. Desde o início do afluxo de refugiados originários do Kosovo, que atingiu o seu ponto culminante durante o período em que ocorreu a intervenção da NATO na República Federal da Jugoslávia, chegaram à Albânia cerca de 450 000 refugiados provenientes do Kosovo. O ACNUR reforçou a sua acção em conformidade, tendo aberto postos-satélite em Kukes, Shkodra, Durres, Elbasan, Fier e Korce. A fim de reforçar a cooperação com o Governo e outros agentes, foi criado o Grupo de Gestão de Emergências, para assegurar a ligação entre o Governo, o ACNUR, a AFOR, a OSCE e os outros agentes que se ocupam do afluxo de refugiados originários do Kosovo, em situação de emergência.

101. A maior parte dos refugiados encontrou alojamento junto de famílias. Em 31 de Maio de 1999, encontravam-se a viver em famílias de acolhimento 275 680 refugiados. Foi celebrado um acordo com o Governo a favor dessas famílias, acordo esse que prevê o pagamento às famílias de acolhimento de um montante em dinheiro a determinar em função do número de refugiados acolhidos. O Governo efectuou, em coordenação com o ACNUR, o registo de todas as famílias de acolhimento.

102. Durante a crise, uma das principais preocupações do ACNUR consistia em garantir a segurança dos refugiados, nomeadamente as mães de família sós, as crianças separadas e, em certas regiões, os homens em idade de combater. Não existem quaisquer estruturas que respondam de forma eficaz aos problemas de segurança com que se vêem confrontados refugiados que vivem em famílias ou em campos. Embora as autoridades albanesas tenham admitido que a protecção dos refugiados ou do pessoal humanitário era da sua responsabilidade, a polícia albanesa não possui recursos humanos e financeiros suficientes, nem formação conveniente, para garantir uma segurança adequada. Além disso, os refugiados não têm qualquer possibilidade de recorrer a outra estrutura de protecção quando a polícia não está disposta ou não pode intervir.

103. A segurança nos campos constituiu uma das grandes preocupações, nomeadamente no que toca à sua localização. Todos os campos instalados na região de Kukes estavam situados muito próximo da fronteira com a República Federal da Jugoslávia e, por conseguinte, expostos aos tiros de artilharia do outro lado da fronteira. No início do mês de Maio de 1999, o Governo e o ACNUR assinaram um Memorando de Acordo relativo à reinstalação em locais no sul e no centro da Albânia de refugiados provenientes de todas as instalações de Kukes. Foi lançada uma campanha maciça de informação para dar a conhecer aos refugiados os riscos em matéria de segurança e a necessidade de se deslocarem para outros pontos, pelo que, no momento em que se decidiu a retirada do Kosovo das forças jugoslavas, apenas 100 000 refugiados se encontravam em Kukes. Todos os refugiados que se dirigiram para o sul e o centro da Albânia foram registados, com indicação do seu destino, o que permitiu aos que iam chegando do Kosovo juntar-se aos membros da sua família. Uma média de 2 000 refugiados por semana abandonaram Kukes em resultado dos esforços de reinstalação do ACNUR.

## Regresso dos refugiados kosovares

104. Na sequência da adopção da Resolução nº 1244 do Conselho de Segurança da ONU e da entrada da KFOR no Kosovo, verificou-se um regresso maciço de refugiados da Albânia para o Kosovo. Em 18 de Junho de 1999, foi apresentado um plano de repatriamento elaborado conjuntamente pelo Grupo de Gestão de Emergências e as ONG. Em 28 de Junho de 1999, o ACNUR começou a organizar o regresso dos refugiados a partir dos países limítrofes. Por conseguinte, a campanha de informação maciça do ACNUR foi reorientada para os repatriamentos organizados e as questões conexas, tais como os registos, a melhoria dos campos, as medidas a adoptar na perspectiva do Inverno e a sensibilização para as minas.

105. Em resultado da deterioração das condições de segurança na Albânia, especialmente desde que começou o movimento de regresso dos refugiados, as actividades do ACNUR neste país continuarão a centrar-se na segurança física e na protecção dos restantes kosovares durante os regressos organizados. O ACNUR continuará a prestar auxílio financeiro às famílias de acolhimento. Embora o número global de refugiados que vivem nas famílias de acolhimento passe a diminuir consideravelmente em virtude da rapidez dos repatriamentos, um certo número de refugiados vulneráveis continuou a permanecer em alojamentos privados, pelo que será necessária uma atenção adequada.

## OIM

106. A OIM está a desenvolver um certo número de programas na Albânia.

- Desde há alguns anos, a OIM tem vindo a desenvolver uma campanha de informação na Albânia através da televisão e da rádio. A população a que esta campanha se destina é constituída por albaneses de origem que desejam entrar ilegalmente nos Estados-Membros da União Europeia. O programa de rádio e televisão chega por semana a 2,5 milhões de pessoas na Albânia, no Kosovo, na ARJM, no Montenegro, em Itália, na Bélgica, na Alemanha, na Suíça, na Áustria, etc. O principal objectivo do programa de informação da OIM para a Albânia consiste em fornecer informações fiáveis sobre os procedimentos de migração lícitos que permitem entrar num certo número de países de destino (a Itália e a Grécia em particular) e de neles se instalar, assim como sobre a realidade da emigração, a fim de limitar os fluxos de migração ilícitos.
- A OIM esforça-se por introduzir sistemas e redes de trocas de informação rápidas a fim de evitar o tráfico de seres humanos e proteger as vítimas. A OIM está a implementar, no âmbito do programa STOP da Comissão Europeia, um programa especial financiado pela UE e os seus Estados-Membros ("Medidas para prevenir e lutar contra o tráfico de mulheres e de crianças para fins de exploração sexual na Itália/Albânia/Kosovo"). Foi lançado, com a ajuda do Governo Italiano, um novo programa de protecção das vítimas e das testemunhas assim como uma campanha de informação do público relativa ao tráfico de seres humanos. Este programa centrar-se-á igualmente na estabilização dos grupos de auto-assistência na Albânia e na cooperação com a polícia, as ONG e as vítimas.
- A OIM contribui para o reforço da capacidade de determinados hospitais e centros de cuidados de saúde que se ocupam de pessoas deslocadas, fornecendo-lhes equipas médicas temporariamente e assegurando os transportes de urgência.
- A cooperação técnica da OIM na Albânia tem por objectivo reforçar as estruturas locais para evitar a emigração ilícita da Albânia para os Estados-Membros da UE. A OIM aconselha o Ministério do Trabalho Albanês e outras instâncias sobre questões tais como o emprego, as actividades geradoras de emprego, os programas de intercâmbio para profissionais, as questões jurídicas e os programas de emigração a curto prazo entre a Albânia e os Estados-Membros da UE.
- A OIM põe em prática um certo número de projectos relativos ao regresso, à reinserção económica e ao reforço das capacidades locais. Durante os 5 últimos anos, a OIM assegurou o regresso de mais de 3 000 pessoas de Itália. Uma das iniciativas-piloto mais recentes, especialmente orientadas para as pessoas deslocadas albanesas e os refugiados kosovares, é um programa comum integrado para assistência ao regresso voluntário e à reinserção das pessoas deslocadas da região dos Balcãs que tenham encontrado uma protecção temporária em Itália. Este programa é financiado pela Comissão Europeia e pela Itália.

## **Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR)**

107. Em 1998, o CICR pôs em práticas as seguintes medidas:

- avaliação das condições de detenção em 12 prisões e postos de polícia albaneses e fornecimento de uma pequena ajuda material aos detidos
- apresentação de 22 intervenções sobre os princípios humanitários, a Cruz Vermelha e a sensibilização para o problema das minas, destinados aos membros das forças armadas e à polícia
- assistência aos principais hospitais do norte da Albânia e ao hospital militar central de Tirana, sob a forma de equipamentos cirúrgicos
- difusão pela rádio dos nomes de 3276 refugiados do Kosovo para informar os familiares que ficaram no país sobre o local em que se encontram e o seu estado de saúde.

Durante a crise do Kosovo, os refugiados a viver em famílias de acolhimento foram o centro das atenções da Cruz Vermelha/do Movimentos do Crescente Vermelho na Albânia. O CICR destacou 60 pessoas para o país.

## **V. Medidas e acções desenvolvidas pelo ACNUR, pela OIM, pelo CICV e por outras organizações intergovernamentais e não governamentais na região limítrofe**

108. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) é a organização que dirige a acção humanitária do MIKNU. O ACNUR actua em estreita colaboração com outros parceiros da ONU, tais como o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como a Organização Internacional das Migrações (OIM), o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) e mais de 250 organizações internacionais e 45 organizações locais não governamentais (ONG). Foi criado um centro comunitário de informação humanitária para facilitar o intercâmbio de informações e a coordenação.<sup>1</sup> Os actuais objectivos do ACNUR no Kosovo consistem em proteger as pessoas que regressam, as pessoas deslocadas internamente, os refugiados sérvios de anteriores conflitos e os habitantes locais em risco, prestar ajuda humanitária, nomeadamente abrigo, alimentos, cuidados médicos, educação e serviços públicos, coordenar e gerir a repatriação voluntária, incluindo os restantes casos de pessoas vindas de países limítrofes, apoiar a MIKNU no registo da população do Kosovo e restabelecer o Estado de direito na província, continuar a dar ajuda aos grupos mais vulneráveis de pessoas deslocadas internamente e de refugiados, bem como reduzir as actividades de apoio humanitário em benefício de intervenientes mais sustentáveis implicados no desenvolvimento da reconstrução.

109. A Organização Internacional das Migrações (OIM) coordenou, em colaboração com o ACNUR, o Programa de Evacuação Humanitária dos albanos-kosovares refugiados na ARJM. A OIM está actualmente a coordenar o regresso a casa dos retornados e dos seus pertences. A OIM dá ainda apoio aos governos no que diz respeito ao repatriamento de pessoas evacuadas para outros países no âmbito do Programa de Evacuação Humanitária.

110. O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) reabriu em 24 de Maio de 1999 as suas instalações em Pristina. Os delegados do CICV dão assistência aos serviços de saúde, fazem distribuições directas de ajuda às pessoas deslocadas no próprio país e recolhem informações sobre os detidos.

---

<sup>1</sup> Ver também Anexo III.

## D. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

### Albânia

111. A Albânia é um país de origem e de trânsito de fluxos migratórios rumo aos países europeus. A Albânia ainda não recuperou da grande crise de 1997; além disso, no primeiro semestre de 1999, o país foi abalado pela mais grave crise de refugiados da Europa desde a Segunda Guerra Mundial, mas o efeito da crise no Kosovo sobre a situação geral na Albânia tem sido positivo, tanto em termos políticos como económicos.

112. Desde 1990, a Albânia tem sido palco de movimentos migratórios maciços. Desde 1992, os albaneses deixaram o país acima de tudo por razões económicas. A Albânia registou importantes melhorias desde 1998 e, em especial, desde a crise de 1999, mas continua, de facto, a ser o país mais pobre da Europa. Grande parte da população da Albânia considera a emigração como única resposta possível, no plano imediato, às carências e à instabilidade social do país. Os albaneses vêem-se muitas vezes obrigados a abandonar os seus lares devido à falta de segurança e às violações dos direitos humanos.

113. Apesar dos grandes esforços que o Governo tem vindo a envidar desde finais de 1997, a Albânia continua marcada por uma grave falta de ordem pública e de segurança em vastas zonas do país onde grassam o crime, o tráfico de armas e a corrupção, ao mesmo tempo que as forças de segurança e o aparelho judicial funcionam em condições difíceis. Segundo a EUMM e outras fontes pertinentes, as condições de segurança pioraram ainda mais em 1999, no contexto do afluxo maciço de refugiados do Kosovo. O governo albanês adoptou, em finais de Novembro de 1999, a legislação de base para o funcionamento das suas forças policiais e começou a elaborar, em colaboração com a UEO/CPMA, um plano estratégico para o desenvolvimento da polícia. Tanto estes esforços e a assistência que a UEO/CPMA presta actualmente tendo em vista o restabelecimento de forças policiais viáveis, como outras iniciativas de assistência bilateral e o apoio a um reforço do aparelho judicial, que se processa principalmente através de um programa comum CE/Conselho da Europa, se destinam a melhorar a ordem pública. Na prática, a insegurança continua a levantar obstáculos à cooperação e à assistência, designadamente no domínio das infra-estruturas, e é ainda hoje um dos factores responsáveis pelo baixíssimo nível de investimento externo directo, representando, em termos mais gerais, uma ameaça ao processo de estabilização em curso no país.

114. A estabilização macroeconómica confirma-se mas continua vulnerável, à luz do problema dos refugiados e da persistente falta de ordem pública, e as reformas económicas estruturais (privatizações, sector financeiro) ainda estão por fazer. Todos os governos albaneses têm seguido uma política moderada de auto-contenção relativamente à situação das populações de etnia albanesa que residem nos países limítrofes.

115. O povo e o governo albaneses tiveram um comportamento digno de louvor no contexto da crise dos refugiados kosovares. No entanto, essa crise desviou as atenções do governo e da opinião pública internacional dos problemas internos da Albânia:

- a) Registam-se poucos progressos no domínio da segurança: ocorrem a todo o instante crimes graves como assaltos à mão armada, raptos e homicídios, as guerras de *gangs* estão na ordem do dia, o tráfico em grande escala de seres humanos, armas e drogas é moeda corrente, e diversas zonas do país continuam a escapar por completo ao controlo do governo. Quase todos os campos de refugiados foram saqueados antes de poderem ser dissolvidos. Assinale-se, no entanto, que o governo lançou recentemente uma campanha destinada a restabelecer a lei e a ordem e a combater a corrupção, e que a polícia levou a cabo em várias zonas do país acções de grande visibilidade contra o banditismo.
- b) Estado de direito: embora tenham sido tomadas algumas medidas, a corrupção continua a minar os sistemas administrativo e judicial da Albânia.
- c) A situação política interna é ainda marcada por confrontos à margem do contexto democrático, se bem que o regresso do Partido Democrático ao Parlamento constitua um sinal positivo, indicando que está em vias de se estabelecer na Albânia uma democracia parlamentar operante.
- d) Continua a não ser satisfatória a capacidade da administração albanesa para absorver os consideráveis montantes disponibilizados pela comunidade internacional para a reconstrução da Albânia.

116. Atendendo à persistência, na Albânia, deste cenário económico e social, e à continuação – pelo menos num futuro próximo – dos actuais factores centrífugos e centrípetos, é provável que se mantenham os fluxos migratórios que partem da Albânia ou atravessam o seu território.

### **Região limítrofe**

117. A deportação pela RFJ de centenas de milhares de pessoas para os países limítrofes foi considerada como uma ameaça à estabilidade da região. A acção militar contra a RFJ destinou-se a pôr termo à política de depuração étnica que a Jugoslávia aplicou no Kosovo, bem como a anular os efeitos dessa política. Para obstar a que a política de depuração étnica atinja os seus objectivos, é essencial garantir o rápido regresso ao Kosovo, em condições de segurança e dignidade, do maior número possível de deslocados. O acordo com base nas condições impostas pelo G-8 e pela Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas é um importante passo para a realização desse objectivo. Apesar das condições de segurança, a maioria da população de etnia albanesa decidiu exercer o seu direito ao regresso. Todavia, esse regresso foi acompanhado da deslocação de mais de 200 000 não-albaneses do Kosovo para outras partes da RFJ e outras regiões.

118. Os albanos-kosovares a quem foi concedida protecção temporária nos Estados-Membros também deverão ter a oportunidade de dar o seu contributo para o esforço de reconstrução do Kosovo. Os programas de evacuação humanitária baseiam-se na noção de protecção temporária, de duração variável consoante o regime que cada país de acolhimento aplica aos beneficiários desses programas. Tais programas não conferem, por conseguinte, o direito de permanecer no país de acolhimento após o final do prazo fixado. Os programas de evacuação humanitária em nada prejudicam, no entanto, o direito de requerer asilo.

119. Ao criar as condições para um regresso ordenado, a ajuda humanitária e as actividades de reconstrução, a comunidade internacional (MIKNU, KFOR) deve estar bastante atenta de modo a garantir a protecção dos refugiados e PDI que regressam ao Kosovo, bem como à necessidade de resolver rápida e eficientemente a questão dos documentos pessoais e registos de propriedade, criar as condições necessárias para o cultivo dos campos na época das sementeiras de 2000 e proporcionar aos retornados alojamento e cuidados de saúde primários, assegurar uma continuidade da escolaridade infantil num ambiente e cultura de língua albanesa, bem como garantir que retornados e PDI possam aceder em condições de igualdade à habitação, ao emprego e a serviços públicos de base integrados, tais como a saúde e a escolaridade. Dada a situação extremamente grave em matéria de segurança em relação aos grupos de etnia não albanesa, o seu regresso ao Kosovo não pode, nesta fase, ser promovido nem facilitado. Embora a situação tenha melhorado bastante para os albanos-kosovares, grupos específicos continuam a exigir uma atenção especial nos países de asilo, devendo continuar a ser protegidos (nomeadamente os casos específicos de grupos vulneráveis ou que requerem protecção especial). Dada a precariedade da habitação, a situação económica e social, e o mau funcionamento do sistema legal e de ordem pública, estas pessoas não deverão regressar involuntariamente de forma indiscriminada nem demasiadamente depressa.

120. Para o estabelecimento de uma sociedade democrática estável no Kosovo, deverá existir não apenas protecção para os retornados, mas também a criação de um ambiente seguro para todos os habitantes do Kosovo, assegurando a transição entre a ajuda humanitária e a fase de reconstrução com vista a atingir rapidamente a auto-suficiência, a reconstrução das infra-estruturas, a criação de emprego e a reactivação da actividade económica.

121. O potencial económico da RFJ, que tem estado a diminuir desde há vários anos, foi ainda mais duramente afectado pelos bombardeamentos aéreos. Há indícios de que os jovens sérvios com mais formação não vêm qualquer futuro económico para eles na RFJ e estão dispostos a emigrar. Para aliviar as pressões que levam à saída de sérvios e outros cidadãos da RFJ, será necessário encontrar rapidamente meios para garantir as necessidades básicas da população.

## **E. ACÇÕES A DESENVOLVER PELA COMUNIDADE/UNIÃO**

### **Prefácio**

As acções propostas centram-se em primeiro lugar na Albânia, mas incluem também medidas específicas a desenvolver na região limítrofe e, em especial, no Kosovo.

#### 122. Política externa

- a) No quadro do diálogo político bilateral em curso, a UE e a Albânia já chegaram a uma ampla convergência de posições sobre questões internacionais e regionais. Este diálogo revelou-se útil, designadamente no contexto dos conflitos registados nos Balcãs, incluindo a recente crise do Kosovo. A continuação deste diálogo político reforçado constituiria um importante instrumento, tanto a nível bilateral como no contexto do Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste, que tem um papel decisivo a desempenhar na região.

Data-limite:	em curso
Responsável:	Conselho
Incidências financeiras:	nenhumas

- b) Estão actualmente em vigor duas Acções Comuns da UE que dizem especificamente respeito à Albânia, e que visam ambas um reforço da segurança e da ordem pública. O apoio à sua

implementação é um instrumento útil de estabilização.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Missão de Vigilância da UE/Conselho

Incidências financeiras: nenhuma

- c) O Processo de Estabilização e Associação é o mais importante contributo da União para o apoio aos esforços de estabilização na Europa do Sudeste. Quanto à Albânia, há a perspectiva de negociação de um AEA de acordo com as conclusões do CAG de 24 e 25 de Janeiro de 2000. Esse AEA deverá incluir disposições que permitam a cooperação entre a Albânia e a União Europeia nos domínios do asilo e da migração.

Data-limite: finais de 2000

Responsáveis: Comissão/Conselho

Incidências financeiras: nenhuma

- d) Na expectativa do início das negociações desse acordo, devem prosseguir as relações contratuais entre a Comunidade e a Albânia, com base no Acordo de Cooperação de 1992.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Comissão/Conselho

Incidências financeiras: nenhuma

- e) O tráfico ilegal de migrantes da Albânia e infracções relacionadas constituem grandes preocupações para a comunidade internacional. A União Europeia e seus Estados-Membros devem, pois, continuar a incentivar as autoridades albanesas, através dos canais diplomáticos, a desenvolver todos os esforços para evitar e combater a imigração ilegal.

Data-limite: finais de 2000

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: nenhuma

Eventual rubrica orçamental comunitária: nenhuma

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

f) A UE continuará a seguir uma abordagem unificada no quadro do Grupo dos Amigos da Albânia.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Presidência e Comissão

Incidências financeiras: nenhuma

123. Cooperação económica e cooperação para o desenvolvimento

a) A ajuda comunitária à Albânia deverá prosseguir, em especial no quadro do PHARE (que será substituído, em 2000, pelo CARDS), com vista a realizar mais progressos na área da estabilização, da recuperação, da reforma económica e da democratização, bem como a reforçar a cooperação regional.

As áreas prioritárias da ajuda comunitária são:

- As infra-estruturas (nacionais e locais)
- As instituições públicas e a reforma da administração pública (nomeadamente nos domínios aduaneiro, policial, judiciário) e
- A agricultura (nomeadamente o apoio ao abrigo da estrutura de ajuda alimentar da UE).

Data-limite: em curso

Responsável: Comissão

Incidências financeiras: sim  
Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-500 (PHARE) + B-700 (Ajuda alimentar)

b) Se necessário, fornecer ajuda humanitária à população mais necessitada na Albânia e na região limítrofe.

Responsáveis: Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim  
Eventual rubrica orçamental comunitária: ECHO

- c) Deve prosseguir, de forma adequada, o acompanhamento dos desenvolvimentos macroeconómicos e o fornecimento de apoio à balança de pagamentos.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Comissão em cooperação com as IFI

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B0-211

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros: contributo a discutir

- d) O sector da democracia deve ser apoiado, bem como as ONG, os meios de comunicação social independentes e a sociedade civil.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-700

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

- e) Devem ser desenvolvidas acções destinadas a reduzir a pobreza e a apoiar os sectores da saúde pública e da educação.

Data-limite: parcialmente em curso na Albânia (TEMPUS, programa de desenvolvimento das comunidades locais ao abrigo do PHARE) e restante ajuda humanitária (ECHO) aos grupos mais vulneráveis da população; Novas iniciativas a considerar em 2000, a serem apoiadas nomeadamente pelo CARDS.

Responsáveis: Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-542 (e nova rubrica orçamental CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

f) Medidas destinadas a incentivar o respeito dos direitos humanos e das minorias.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-700

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

g) Medidas destinadas a prevenir e combater a corrupção.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-542 (e nova rubrica orçamental CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

h) Aumento da cooperação com a Albânia em matéria de estatísticas.

Data-limite: em curso (PHARE)

Responsáveis: Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-542 (no futuro: CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- i) Relacionar os programas comunitários no domínio do desenvolvimento local, cujo objectivo principal seja a melhoria do nível de vida, com a reintegração de migrantes.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-542 (no futuro: CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

124. Princípios e acções específicas nos domínios do asilo e da migração e outras acções relevantes no domínio da Justiça e Assuntos Internos

A UE e os seus Estados-Membros deverão financiar ou co-financiar iniciativas e programas no domínio da prevenção dos fluxos migratórios. Completando e integrando iniciativas já existentes a nível da UE, essas iniciativas e programas poderão ser utilizados com vista:

- a) Ao reforço da administração e das infra-estruturas locais, através da formação e da criação de capacidade institucional, a fim igualmente de criar uma estrutura administrativa capaz de tratar os pedidos de asilo que preencha as normas internacionais mínimas

Data-limite: parcialmente em curso (programa de desenvolvimento das comunidades locais ao abrigo do PHARE); desenvolvimento posterior a analisar em 2000

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-500 (no futuro: CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- b) À formação e ao intercâmbio de funcionários entre a Albânia e os Estados-Membros da UE em matérias relacionadas com a migração e o asilo

Data-limite: finais de 2000

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- c) À ajuda e prestação de formação a autoridades aduaneiras, nomeadamente no domínio dos documentos falsos, em cooperação com a missão de aconselhamento da UEO na Albânia;

Data-limite: em curso (PHARE; Acção Comum da UE)

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros em cooperação com a UEO

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-542 (no futuro: CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- d) Mandatar a Missão de Vigilância da União Europeia (ECMM) para acompanhar de perto os fluxos migratórios em cooperação com as organizações internacionais activas neste domínio.

Data-limite: meados de 2000

Responsável: Conselho

Incidências financeiras: sim [NOTE-SE QUE NÃO ESTANDO AINDA DECIDIDO O FUTURO DA UEMM, O SEU FINANCIAMENTO SERÁ VISTO POSTERIORMENTE]

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- e) Uma vez que o tráfico de imigrantes ilegais está muitas vezes ligado ao tráfico de armas e de droga, a intensificação do combate ao tráfico de droga e de armas, com vista a combater as redes de passadores. Apoio a uma participação mais intensa da Albânia nos actuais programas comunitários multibeneficiários, tais como os programas em matéria de cooperação aduaneira e drogas / reforço da capacidade repressiva no Sudeste da Europa.

Data-limite: parcialmente em curso no âmbito do PHARE; evolução a analisar em 2000

Responsáveis: Conselho/Comissão

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-542 (no futuro: CARDS)

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- f) Poderá ser útil dispor de uma base jurídica internacional para o combate ao tráfico de migrantes. Na sequência de uma iniciativa conjunta dos Governos da Áustria e da Itália, está a ser elaborado por um comité ad hoc sediado em Viena, no contexto mais vasto de uma convenção das Nações Unidas sobre a criminalidade organizada transnacional, um "Projecto de protocolo contra o tráfico e o transporte ilegal de migrantes por via terrestre, aérea e marítima". A UE e os seus Estados-Membros devem dar todo o apoio à rápida ultimização desta proposta, para que a mesma possa entrar brevemente em vigor. Registe-se que a Organização Marítima Internacional (OMI) aprovou em Dezembro de 1998 um documento sobre esta matéria (a Circular 896). Nele se prevê um conjunto de "Medidas Provisórias de Combate às Práticas Perigosas Associadas ao Tráfico ou Transporte de Migrantes por Mar", que os Estados podem desde já aplicar voluntariamente. A rápida implementação desta recomendação poderá contribuir para a repressão do tráfico de migrantes.

Data-limite: parcialmente em curso; evolução a analisar em 2000

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros: sim

- g) A esperança de encontrar melhores oportunidades económicas na Europa deriva muitas vezes da falta de informações concretas e em primeira mão. A UE e os seus Estados-Membros devem, por conseguinte, continuar a financiar campanhas de informação na Albânia e na região limítrofe, por meio de emissões de rádio e televisão destinadas aos albaneses que pretendem entrar ilegalmente nos Estados-Membros da UE. Será porventura útil valer-se dos conhecimentos e da experiência da OIM e do ACNUR neste domínio.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

- h) A UE e os seus Estados-Membros devem incentivar as autoridades albanesas para que estas apliquem plenamente os acordos de readmissão em vigor, incluindo as cláusulas que impõem a obrigação de readmitir cidadãos de países terceiros que tenham transitado pela Albânia antes de entrarem no território da outra parte.

Data-limite: meados de 2000

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: nenhuma

- i) Celebrar acordos de readmissão para as seguintes categorias de pessoas que não preenchem as condições em vigor para a entrada ou residência no território dos Estados-Membros:
- a) nacionais da Albânia e da região limítrofe, b) nacionais de países terceiros e apátridas que entraram ou permaneceram ilegalmente no território dos Estados-Membros, em proveniência da Albânia ou da região limítrofe.

Data-limite: perspectiva de um novo acordo a ser analisada em 2000

Responsáveis: Comissão e Conselho

Incidências financeiras: nenhuma

- j) A Europol deverá aumentar a sua capacidade operacional para combater o tráfico de imigrantes ilegais na Albânia ou que transitam pela Albânia e região limítrofe. Deverá também considerar-se a hipótese de reforçar a cooperação policial tendo em vista o intercâmbio de informações destinadas à luta contra as organizações criminosas implicadas na imigração ilegal, no tráfico de droga e na prostituição.

Data-limite: finais de 2000

Responsáveis: Conselho/EUROPOL/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

- k) Apoiar iniciativas e programas nos domínios do repatriamento e da reintegração, reforçando a capacidade das autoridades locais para acolher e reintegrar os repatriados, incluindo as vítimas de exploração sexual. As autoridades competentes deverão ser assistidas nos seus esforços destinados a instalar temporariamente pessoas provenientes da região.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária:

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

l) Apoiar programas de incentivo ao regresso voluntário e mecanismos destinados a assegurar uma reintegração duradoura. Em cooperação com organizações internacionais:

- Nas actividades em curso para melhorar o nível de vida, identificar oportunidades de assistência/criação de capacidades de reintegração de potenciais retornados a nível municipal, em cooperação com ONG locais e europeias, organismos estatais e organizações internacionais presentes nos Balcãs

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: B7-700

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

- Apoiar medidas destinadas a desenvolver o regime de asilo na Albânia, criando o quadro legal adequado, promovendo a reintegração duradoura dos refugiados, facilitando a reinstalação nos casos em que seja a solução adequada e apoiando o repatriamento dos requerentes de asilo cujos pedidos tenham sido rejeitados

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

- Organizar as viagens de regresso

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/ Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: não

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

- m) Estudar formas de coordenar melhor as numerosas iniciativas da UE, dos seus Estados-Membros e de várias organizações internacionais (OSCE, ACNUR, PNUD, UEO, Conselho da Europa) actualmente em curso na Albânia no domínio da justiça, das migrações e dos assuntos internos. É necessária uma maior coordenação destas iniciativas, tanto para evitar sobreposições e redundâncias como para proceder à avaliação dos resultados.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros no quadro do Grupo dos Amigos da Albânia

Incidências financeiras: nenhuma

- n) Promover a integração na sociedade dos cidadãos albaneses que residem legalmente nos Estados-Membros.

Data-limite: em curso

Responsáveis: Conselho/Comissão/Estados-Membros

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária: EQUAL

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

- o) Avaliar a experiência no domínio do Programa de Evacuação Humanitária a favor dos albanos-kosovares do ponto de vista da UE e elaborar um relatório sobre as conclusões a tirar para a cooperação da União no futuro.

Data-limite: finais de 2000

Responsável: Conselho

Incidências financeiras: sim

Eventual rubrica orçamental comunitária:

Eventual apoio financeiro dos Estados-Membros:

Necessidade de peritos dos Estados-Membros:

## ALBANIA<sup>(1)</sup>

(Republic of Albania)

**Capital:** Tirana

**Location:** Southeastern Europe, bordering the Adriatic Sea and Ionian Sea, between Greece and Federal Republic of Yugoslavia

**Border countries:** Greece, the Former Yugoslav Republic of Macedonia, Federal Republic of Yugoslavia

**Area:** 28 750 km<sup>2</sup>

### KEY FIGURES ON POPULATION<sup>(2)</sup>

**Population:** 3 330 800

**Age structure:** 0-14 years 33%, 15-64 years: 61%, 65 years and over: 6%

**Density:** 115.9 hab./km<sup>2</sup>

**Total population increase:** 9.7 per 1000 population

**Net migration rate:** -4.2 per 1000 population

**Infant mortality rate:** 45 infant deaths per 1000 live births

**Life expectancy at birth:** 68.6 years

**Total fertility rate:** 2.6 children per woman

**Ethnic groups:** Albanian 95%, Greeks 3%, other 2% (Vlachs, Gypsies, Serbs, and Bulgarians)

note: in 1989, other estimates of the Greek population ranged from 1% (official Albanian statistics) to 12% (from a Greek organization)

**Religions:** Muslim 70%, Albanian Orthodox 20%, Roman Catholic 10%

note: all mosques and churches were closed in 1967 and religious observances prohibited; in November 1990, Albania began allowing private religious practice

**Languages:** Albanian (Tosk is the official dialect), Greek

**Literacy:** 72% of population aged 9 years and over

### OTHER KEY FIGURES<sup>(2)</sup>

**GDP:** purchasing power parity—\$4.5 billion (1997 est.)

**GDP—real growth rate:** -8% (1997 est.)

**GDP—per capita:** purchasing power parity—\$490 (1996)

**GDP—composition by sector:** agriculture: 62.6 % industry: 18.2% services: 19.2% (1997 World Bank)

**Inflation rate—consumer price index:** 40% (1997 est.)

**Labour force:** 1 692 000 (1994 est.) (including 352 000 emigrant workers and 261 000 domestically unemployed)

**Unemployment rate:** 15% (1997 UN/ECE Statistical Yearbook)

(1) The sources of data for this national portrait are mentioned at the bottom of each table/figure

(2) Data within this current summary (above) are mainly from the United Nations, the U.S. Bureau of the Census, World Bank and Eurostat. When not indicated data/estimates refer to 1998. Figures on population are mainly from the U.S. Bureau of the Census, International Data Base: further information is provided in Table 1 and Figure 1

## Trade between Albania and the EU



**Table A – Imports from ALBANIA into the EU: Principal goods ('000 EURO)<sup>(1)</sup>**

	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
<b>TOTAL</b>	<b>151 143</b>	<b>197 602</b>	<b>191 101</b>	<b>216 110</b>
Of which:				
PARTS OF FOOTWEAR	31 096	54 604	44 745	59 993
MEN'S OR BOYS' SUITS	8 117	12 364	15 156	15 062
FERRO-ALLOYS	8 730	7 862	9 643	11 414
WOMEN'S OR GIRLS' BLOUSES	6 012	5 397	7 406	9 823
PLANTS AND PARTS OF PLANTS	5 185	6 144	5 325	7 838
WOMEN'S OR GIRLS' SUITS	10 291	10 370	5 283	7 566
MEN'S OR BOYS' SHIRTS	2 665	3 857	4 608	5 986
T-SHIRTS, SINGLETs	1 207	2 915	2 847	4 943
WOMEN'S OR GIRLS' SLIPS	1 076	2 981	3 602	4 689
WOMEN'S OR GIRLS' BLOUSES KNITTED	2 652	1 849	1 931	4 592
Other	74 112	89 259	90 552	84 203

(1) Goods listed in descending order of 1998 value in euro  
Source: EUROSTAT (Comext2)



**Table B – Exports to ALBANIA from the EU: Principal goods ('000 EURO)<sup>(1)</sup>**

	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>
<b>TOTAL</b>	<b>425 552</b>	<b>518 048</b>	<b>744 323</b>	<b>563 932</b>
Of which:				
PETROLEUM OILS	37 827	20 062	18 506	51 418
WHEAT OR MESLIN FLOUR	18 231	6 596	43 071	39 442
CIGARS, CHEROOTS	13 218	12 298	24 538	37 758
IRON / NON-ALLOY STEEL RODS	887	1 840	8 929	12 573
BEER MADE FROM MALT	16 834	16 959	21 732	11 903
PARTS OF FOOTWEAR	25 115	27 957	39 604	11 573
CANE OR BEET SUGAR	3 062	10 376	14 875	11 450
CEMENT, INCL. CEMENT CLINKERS	7 113	14 762	20 446	10 996
SUNFLWR/ SAFFLOWER/COTTON-SEED OIL	2 251	2 176	6 224	8 039
WHEAT AND MESLIN	790	26	14 079	7 545
Other	300 222	404 996	532 321	361 236

(1) Goods listed in descending order of 1998 value in euro  
Source: EUROSTAT (Comext2)

Trade between Albania and the rest of the World (as declared by Albania)



Table C – Imports to Albania: Principal goods ('000 EURO)<sup>(1)</sup>

	Total					From the EU					% share of imports from the EU					
	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997
<b>TOTAL</b>	:	:	739 082	554 669	:	:	550 760	453 158	:	:	74.5	81.7	:	:		
Of which:																
WHEAT OR MESLIN FLOUR	:	:	57 383	34 876	:	:	50 304	32 158	:	:	87.7	92.2	:	:		
PARTS OF FOOTWEAR	:	:	41 068	28 306	:	:	41 021	28 271	:	:	99.9	99.9	:	:		
CEMENT	:	:	17 532	23 958	:	:	17 018	22 103	:	:	97.1	92.3	:	:		
WHEAT AND MESLIN	:	:	39 018	12 979	:	:	13 586	9 541	:	:	34.8	73.5	:	:		
SUNFLOWER/SAFFLOWER/COTTON-SEED OIL	:	:	17 446	11 993	:	:	6 704	6 589	:	:	38.4	54.9	:	:		
MOTOR CARS	:	:	17 395	11 912	:	:	16 129	10 914	:	:	92.7	91.6	:	:		
CANE OR BEET SUGAR/SUCROSE	:	:	26 695	11 808	:	:	17 860	9 608	:	:	66.9	81.4	:	:		
BOVINE OR EQUINE LEATHER	:	:	13 888	11 580	:	:	13 887	11 573	:	:	100.0	99.9	:	:		
PETROLEUM OILS (EXCL. CRUDE)	:	:	12 552	10 082	:	:	12 124	9 946	:	:	96.6	98.7	:	:		
MEAT AND EDIBLE FOWL OFFAL	:	:	13 988	9 504	:	:	12 411	8 359	:	:	88.7	87.9	:	:		
Other	:	:	482 118	387 671	:	:	349 716	304 095	:	:	72.5	78.4	:	:		

(1) Goods listed in descending order of 1997 value in euro

Source: EUROSTAT (Comext2)

Trade between Albania and the rest of the World (as declared by Albania)

Table D – Exports from Albania: Principal goods ('000 EURO)<sup>(1)</sup>

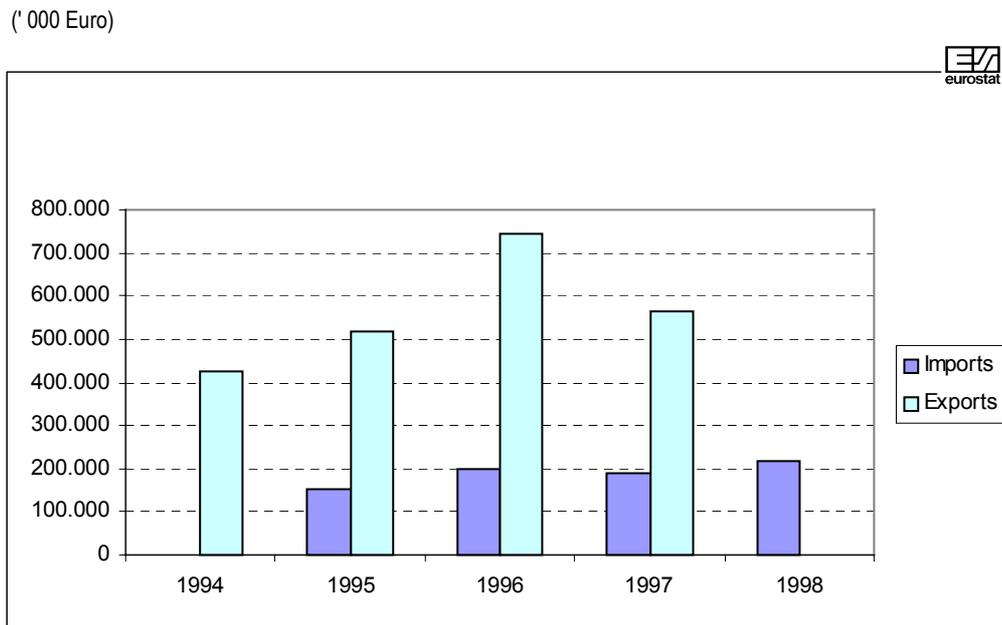


	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997
	I. Total				II. To the EU				% share of exports to the EU			
<b>A. TOTAL</b>	:	:	166 289	121 405	:	:	141 150	103 690	:	:	84.9	85.4
Of which:												
PARTS OF FOOTWEAR	:	:	30 659	19 081	:	:	30 643	19 080	:	:	99.9	100.0
PLANTS AND PARTS OF PLANTS,	:	:	8 860	10 285	:	:	7 071	8 295	:	:	79.8	80.6
MEN'S OR BOYS' SHIRTS	:	:	2 955	5 172	:	:	2 934	5 077	:	:	99.3	98.2
OTHER MANUFACTURED TOBACCO	:	:	5 936	5 005	:	:	4 787	4 276	:	:	80.6	85.4
FERROUS WASTE AND SCRAP	:	:	780	4 522	:	:	780	4 521	:	:	100.0	100.0
MEN'S OR BOYS' SUITS	:	:	9 139	4 388	:	:	9 129	4 361	:	:	99.9	99.4
FERRO-ALLOYS	:	:	3 892	4 317	:	:	3 332	4 010	:	:	85.6	92.9
CHROMIUM ORES AND CONCENTRATES	:	:	6 953	4 009	:	:	3 176	1 503	:	:	45.7	37.5
BORING MACHINERY	:	:	24	3 792	:	:	24	19	:	:	100.0	0.5
WOMEN'S OR GIRLS' SLIPS	:	:	1 447	3 326	:	:	1 447	3 200	:	:	100.0	96.2
Other	:	:	95 645	57 508	:	:	77 826	49 349	:	:	81.4	85.8

(1) Goods listed in descending order of 1997 value in euro

Source: EUROSTAT (Comext2)

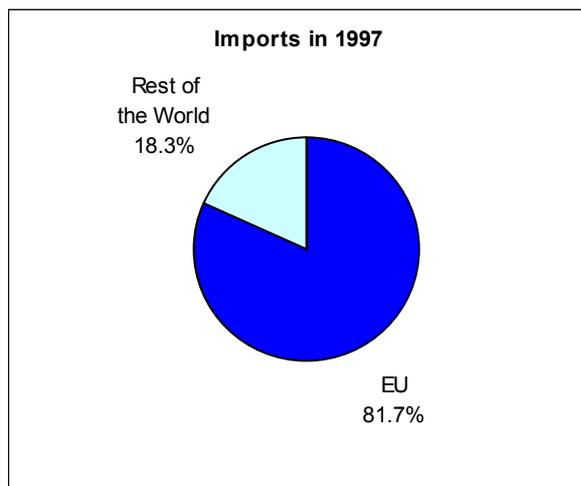
**Figure A - Trade between Albania and the EU**



Source: EUROSTAT (Comext2)

**Figure B - Trade between Albania and the rest of the World (as declared by Albania)**

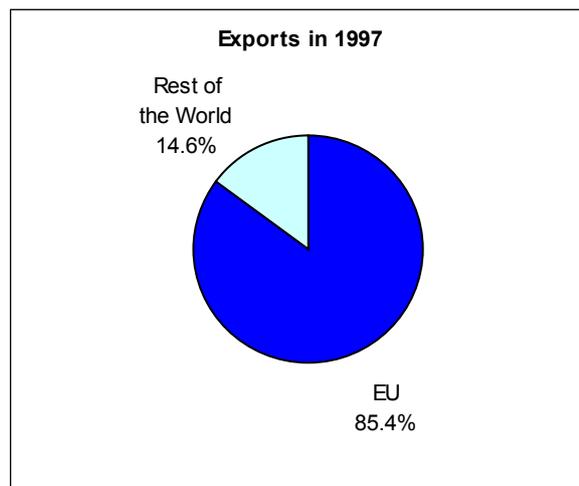
%



Source: EUROSTAT (Comext2)

100% = 0.6 million euro

%



Source: EUROSTAT (Comext2)

100% = 0.1 euro

**Table 1 – Main demographic indicators for Albania**



	Mid-year population	Live births	Deaths	Natural increase	Net migration	Total increase	Total fertility rate <sup>(1)</sup>	Life expect. at birth	Infant mortality rate <sup>(2)</sup>	Age depend. ratio <sup>(3)</sup>
	(1 000)	(per 1 000 population)								(%)
1960	1 607.3	43.4	10.4	32.9	-1.8	31.1	6.85	64.9	83.0	:
1970	2 135.6	32.5	9.3	23.3	1.9	25.1	5.16	:	97.9	:
1980	2 670.5	26.5	6.4	20.1	-0.2	19.9	3.62	69.7	51.9	:
1990	3 255.9	25.2	5.6	19.6	0.0	19.6	3.03	72.4	28.3	61.6
1995	3 248.8	22.2	:	:	:	12.5	2.70	:	:	:
1996	3 283.0	20.8	5.4	15.5	:	:	2.70	72.0	:	:
1997	3 339.3	18.5	5.5	13.0	:	:	2.60	:	22.0	:
1998	3 173.8	18.9 <sup>P</sup>	5.6 <sup>P</sup>	13.2 <sup>P</sup>	:	:	2.60	:	15.0 <sup>P</sup>	:

(1) Children per woman

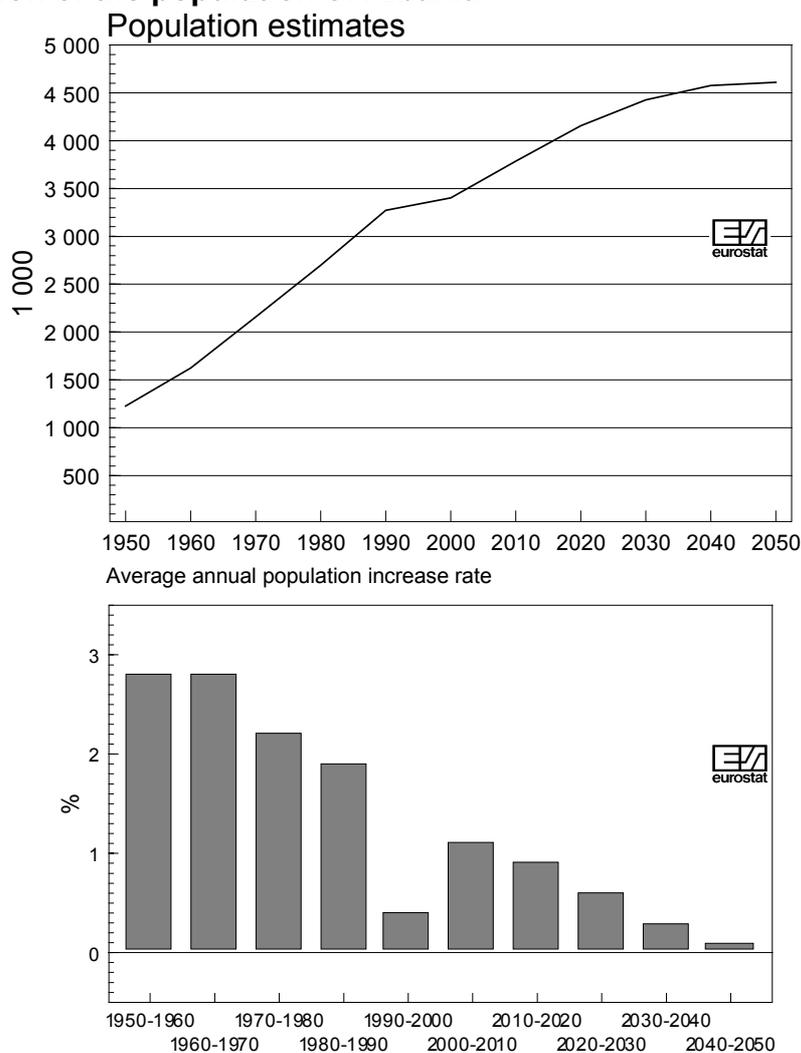
(2) Infant deaths (under one year of age) per 1 000 live births

(3) Proportion of population aged 0-14 and 65 and over on the population aged 15-64

Data in italics are estimated

Source: EUROSTAT

**Figure 1 - Evolution of the population of Albania**



Source: U.S. Bureau of the Census, International Data Base

**Table 2a - Resident population of Albanian citizens in EU Member States (population on 1st January of each year) <sup>(1)</sup>**

	1990 <sup>(2)</sup>	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1997 or before as % of	
								non-EU pop.	all non-nat. pop.
<b>B</b>	483	:	:	635	665	695		<b>0.20</b>	<b>0.07</b>
<b>DK</b>	0	10	23	38	38	62		<b>0.02</b>	<b>0.02</b>
<b>D</b>	297	14 045	11 182	10 528	10 467	11 343	11 619	<b>0.19</b>	<b>0.14</b>
<b>EL<sup>(3)</sup></b>	20 556	4 061	4 510	4 941	4 991	:		<b>4.30</b>	<b>3.10</b>
<b>E</b>	:	38	50	63	53	110		<b>0.02</b>	<b>0.01</b>
<b>F</b>	:	:	:	:	:	:		:	:
<b>IRL<sup>(4)</sup></b>	0	7	18	8	30	29		<b>0.09</b>	<b>0.03</b>
<b>I</b>	:	24 725	28 856	33 212	55 648	:		<b>7.41</b>	<b>6.29</b>
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:		:	:
<b>NL</b>	:	:	413	490	452	445		<b>0.09</b>	<b>0.07</b>
<b>A</b>	856	327	936	:	:	:		<b>0.20</b>	<b>0.17</b>
<b>P</b>	:	3	4	5	3	3		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>FIN</b>	:	13	13	21	19	26		<b>0.03</b>	<b>0.03</b>
<b>S</b>	23	96	127	128	132	133		<b>0.04</b>	<b>0.03</b>
<b>UK<sup>(5)</sup></b>	:	+	+	+	+	+		:	:

(1) The population is that on 1<sup>st</sup> January of each reference year. For some Member States, 31<sup>st</sup> December of the previous year is taken as the equivalent

(2) 1990/91 Census round results for some countries

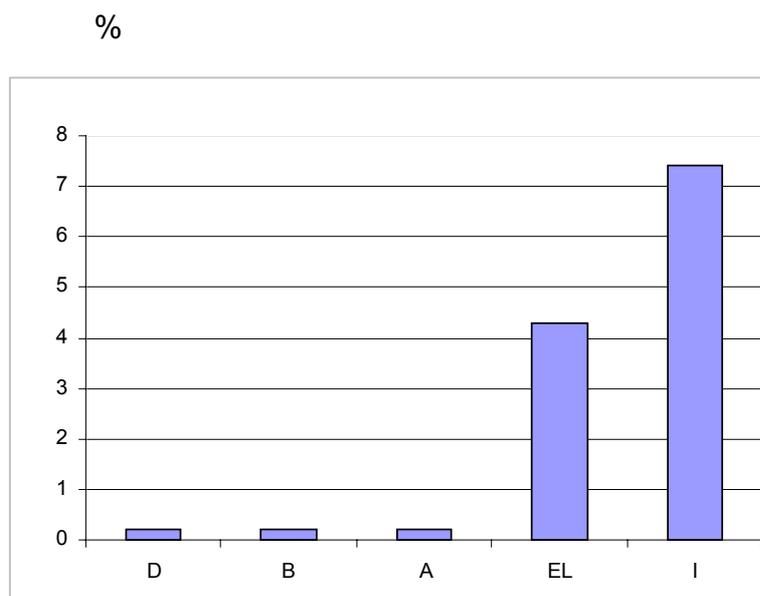
(3) Estimated resident "illegal" Albanian population in 1999 is 200 000

(4) Number of legal residents over age of 16 plus number of asylum applicants

(5) Labour Force Survey, Spring data, figures rounded to the nearest thousand

Source: EUROSTAT

**Figure 2 - Resident population of Albanian citizens in EU Member States as a percentage of the total non-EU population in 1997 (main countries of residence of those Member States for which data are available)**



Source: EUROSTAT

**Table 2b – Valid residence permits held by Albanian citizens in EU Member States by type of permit**

	1996			1997			1998		
	Total	Long	Short	Total	Long	Short	Total	Long	Short
<b>B</b>	:	:	0	:	:	0	:	:	0
<b>DK</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>D</b>	7 824	2 718	5 106	8 183	2 929	5 254	9 257	3 128	6 129
<b>EL<sup>(1)</sup></b>	68 920	:	:	69 746	:	:	70 024	:	:
<b>E</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>F<sup>(2)</sup></b>	1 326	932	394	1 724	971	753	:	:	:
<b>IRL<sup>(3)</sup></b>	5	:	:	15	:	:	18	:	:
<b>I</b>	57 103	:	:	67 321	:	:	75 850	:	:
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL</b>	490	:	:	452	:	:	445	:	:
<b>A</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:	34	:	:
<b>S</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:

(1) Residence permits are for a duration of more than three months up to five years

(2) Long term residence permits are for a duration of more than 1 year; short term and provisional permits are for a maximum of 1 year. Figures refer to the number of the valid residence permits held at the end of the year

(3) Number of Albanian citizens, over the age of 16, registered with the police and with permission to remain, excluding asylum seekers

Source: EUROSTAT, Ministries of the Member States

**Table 2c - Residence permits issued to Albanian citizens in EU Member States by type of permit<sup>(1)</sup>**

	1996			1997			1998		
	Total	Long	Short	Total	Long	Short	Total	Long	Sh
<b>B</b>	9	4	5	0	0	0	26	5	Sh
<b>DK<sup>(2)</sup></b>	23	:	:	44	:	:	37 <sup>P</sup>	:	:
<b>D</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>EL<sup>(3)</sup></b>	3 500	:	:	3 800	:	:	3 500	:	:
<b>E</b>	53	:	:	110	:	:	110	:	:
<b>F<sup>(4)</sup></b>	114	:	:	157	:	:	:	:	:
<b>IRL<sup>(5)</sup></b>	5	:	:	15	:	:	18	:	:
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL<sup>(6)</sup></b>	5	0	5	46	46	0	4	4	0
<b>A</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>FIN<sup>(7)</sup></b>	2	2	0	6	4	2	8	8	0
<b>S</b>	27	:	:	44	:	:	27	:	:
<b>UK</b>	20	:	:	30	:	:	50	:	:

(1) This table shows how many permits have been issued during each year

(2) Number of residence permits issued to first time applicants. Includes asylum or other status in an asylum case, family reunification and other immigration residence permits including E.C. residence certificates

(3) In 1998 a total of 20 000 certificates of "Aussiedler" status were issued by Greece to Albanian citizens

(4) Number of first residence permits issued to Albanians born outside France

(5) Number of Albanian citizens, over the age of 16, registered with the police and with permission to remain, excluding asylum seekers

(6) Permanent residence permits for Long, temporary residence (including refugee status) permits for Short

(7) First issue residence permits

Source: EUROSTAT, Ministries of the Member States

**Table 3a – Legal immigration of Albanian citizens into EU Member States<sup>(1)</sup>**



	1990	1994	1995	1996	1997	1998	1997 <sup>(2)</sup> as % of	
							non-EU imm.	all immigrants
<b>B</b>	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>DK</b>	1	15	18	10	29	28	<b>0.15</b>	<b>0.06</b>
<b>D</b>	3 505	1 950	1 786	1 426	2 175	:	<b>0.47</b>	<b>0.26</b>
<b>L</b>	456	459	407	649	589	:	<b>3.23</b>	:
<b>E</b>	:	6	5	3	19	:	<b>0.09</b>	<b>0.03</b>
<b>F</b>	280	87	53	48	53	:	<b>0.09</b>	:
<b>IRL<sup>(3)</sup></b>	:	:	2	3	15	11	<b>0.23</b>	<b>0.03</b>
<b>I</b>	:	:	3 411	20 508	:	:	<b>15.31</b>	<b>11.93</b>
<b>L</b>	:	5	4	2	64	:	<b>5.98</b>	<b>0.61</b>
<b>NL</b>	12	239	120	56	45	:	<b>0.10</b>	<b>0.04</b>
<b>A</b>	:	:	:	136	247	:	<b>0.77</b>	<b>0.35</b>
<b>P</b>	:	1	:	:	1	:	<b>0.07</b>	:
<b>FIN</b>	:	4	9	2	7	:	<b>0.10</b>	<b>0.05</b>
<b>S</b>	10	48	16	18	24	:	<b>0.09</b>	<b>0.05</b>
<b>UK</b>	:	:	+	+	+	:	:	:

(1) Asylum seekers are included in the figures for Portugal and partially included in the figures for all other Member States, according to national asylum procedures and recording systems

(2) 1996 for Italy

(3) Statistics on legal migration are not available. These figures are for asylum seekers only

Source: EUROSTAT

**Table 3b – Albanian citizens granted permission to stay in EU Member States for reasons of family reunion**

	1996	1997	1998
<b>B</b>	8	15	17
<b>DK<sup>(1)</sup></b>	8	13	11 <sup>P</sup>
<b>D</b>	:	:	:
<b>EL</b>	:	:	:
<b>E</b>	1	2	3 <sup>(2)</sup>
<b>F<sup>(3)</sup></b>	10	8	:
<b>IRL<sup>(4)</sup></b>	0	0	0
<b>I</b>	:	:	:
<b>L</b>	:	:	:
<b>NL</b>	2	1	4
<b>A</b>	:	:	:
<b>P</b>	:	:	:
<b>FIN</b>	1	1	:
<b>S</b>	11	20	23
<b>UK<sup>(5)</sup></b>	20	20	20



(1) Number of residence permits issued to first time applicants

(2) First semester

(3) Figures including family reunion of dependants are: 1996: 23, 1997: 25, 1998: n/a

(4) Figures are for family reunion with Convention refugees only. Statistics for other family reunions are not available

(5) Persons admitted as fiancé(e)s or spouses or dependants of work permit holders

Source: EUROSTAT, Ministries of the Member States

**Table 4 – Albanian citizens repatriated from EU Member States**

	1996			1997			1998		
	Repatriations		Expulsions	Repatriations		Expulsions	Repatriations		Expulsions
	Vol.	Invol.		Vol.	Invol.		Vol.	Invol.	
<b>B</b>	:	30	:	:	60	:	:	108	:
<b>DK<sup>(2)</sup></b>	0	3	:	0	15	:	0	12	:
<b>D</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	834
<b>EL</b>	:	272 747	:	:	182 059	:	:	129 444	:
<b>E</b>	:	3	:	:	24	:	:	7	:
<b>F</b>	:	:	142	:	:	213	:	:	188
<b>IRL</b>	0	0	0	0	0	0	:	0	0
<b>I<sup>(3)</sup></b>	:	:	9 415/2 322	:	:	9 518/5 278	:	:	8 947/6 214
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL<sup>(4)</sup></b>	:	:	51	:	:	94	:	:	64
<b>A<sup>(5)</sup></b>	76			107			116		
<b>P</b>	:	:	1	:	:	3	:	:	1
<b>FIN</b>	:	8	:	:	17	:	:	8	:
<b>S</b>	:	:	11	:	4	4	:	2	1
<b>UK<sup>(6)</sup></b>	:	+	35	:	5	55	:	5	210

(1) Voluntary / Involuntary. Repatriations are back to the country of citizenship. Expulsions are forced removals to other countries

(2) Including monitored departures and removals of asylum seekers and refugees

(3) Notified / recorded (established, since 27.03.1998) expulsions

(4) Expulsions of asylum seekers

(5) Repatriations and expulsions

(6) UK Immigration enforcement removals. Includes voluntary departures following enforcement action. Removals may relate to action initiated in earlier years

Sources: EUROSTAT, CIREFI, Ministries of the Member States

**Table 5 – Applications for short and long stay visas from Albanian citizens and numbers issued by EU Member States**

	1996		1997		1998	
	Applications (S/L)	Visas issued (S/L)	Applications (S/L)	Visas issued (S/L)	Applications (S/L)	Visas issued (S/L)
<b>B</b>	52/7	34/7	84/3	27/3	10/1	6/1
<b>DK</b>	:	:	:	:	:	:
<b>D</b>	:	:	:	:	:	:
<b>EL</b>	:	40 955	:	49 333	:	46 704 <sup>(1)</sup>
<b>E</b>	:	:	:	:	:	:
<b>F</b>	5 420	4 501/107	4 762	2 941/92	5 063	2 663/144
<b>IRL</b>	:	:	:	:	:	:
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:
<b>NL</b>	:/42	:/31	:/34	:/29	:/73	:/58 <sup>(2)</sup>
<b>A</b>	:	:	:	:	:	:
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:
<b>S</b>	264	267	269	265	246	243
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:

(1) For the period 1.01.1998-31.10.1998. Greece issued around 300 visas to Albanians from Kosovo during the period 7.09.98 – 26.02.99

(2) Long-term visas issued in 1998 until 26.11.1998

Sources: EUROSTAT, CIREFI, Ministries of the Member States

**Table 6 – Albanian citizens refused entry at the borders of EU Member States**



	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999 <sup>(4)</sup></b>
<b>B</b>	13	26	30	0
<b>DK<sup>(1)</sup></b>	14	9	:	:
<b>D<sup>(2)</sup></b>	:	:	359	200
<b>EL</b>	1 058	2 343	1 954	1 541
<b>E</b>	0	16	0	11
<b>F</b>	445	658	292	957
<b>IRL</b>	:	0	1	:
<b>I</b>	3 443	3 922	6 411	9 815
<b>L</b>	:	:	:	7
<b>NL<sup>(3)</sup></b>	0	73	71	:
<b>A</b>	848	362	299	72
<b>P</b>	:	1	1	2
<b>FIN</b>	0	0	0	0
<b>S</b>	1	2	1	8
<b>UK</b>	:	:	:	:

(1) Covers refusals of entry into Denmark by an administrative decision.

Source: National Commissioner of the Danish Police

(2) Total number of refusals of entry

(3) Refusals of entry at Schipol airport

(4) 1999 figures are for January to September only

Sources: EUROSTAT, CIREFI, Ministries of the Member States

## Table 7 – Asylum seekers and refugees from Albania

### Table 7a – Asylum applications



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1999	1999
<b>B</b>	:	:	:	:	:	:	415	1 209	1 147	993
<b>DK</b>	6	10	9	7	10	5	5	29	18	23
<b>D</b>	1 032	4 227	5 957	3 666	897	335	355	1 038	761	568
<b>EL</b>	937	499	3	0	1	2	0	9	6	6 <sup>(1)</sup>
<b>E</b>	:	:	:	:	:	:	3	50	38	13 <sup>(1)</sup>
<b>F</b>	:	:	:	:	:	:	89	350	239	286
<b>IRL</b>	:	:	:	3	:	2	3	15	11	10
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:	6	729	:	:
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	143	:	69 <sup>(2)</sup>
<b>NL</b>	38	225	138	275	618	107	88	301	243	173
<b>A</b>	266	1 032	290	35	42	68	37	241	75	88
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	3	:	0
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:	0	8	28	13 <sup>(3)</sup>
<b>S</b>	:	:	:	:	:	11	10	61	71	59
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:	105	445	560	1 510
<b>EU-15</b>	:	:	:	:	:	:	<b>1 116</b>	<b>4 631</b>	:	:

(1) Partial data only

(2) January – October only

(3) January – September only

**Table 7b – Total numbers granted Geneva Convention refugee status**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>B</b>	:	:	:	:	:	:	14	5	:	16
<b>DK<sup>(1)</sup></b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	:
<b>D</b>	:	:	:	:	:	:	0	4	3	11
<b>EL</b>	0	3	9	0	0	0	0	0	0	:
<b>E</b>	:	:	:	:	:	:	2	2	2	:
<b>F</b>	:	:	:	:	:	:	35	22	34	26
<b>IRL</b>	:	:	:	0	:	0	0	0	0	:
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:	7	69	:	11 <sup>(2)</sup>
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL</b>	0	0	0	20	15	0	11	0	0	0
<b>A</b>	1	6	25	15	14	12	4	19	4	11
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	0
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:	0	0	0	:
<b>S</b>	3	1	:	:	:	:	:	5	:	0
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:	0	:	:	173

(1) First instance decisions only

(2) Partial data only

**Table 7c – Total numbers granted humanitarian/de facto refugee status**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>B</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3
<b>DK<sup>(1)</sup></b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	:
<b>D<sup>(2)</sup></b>	:	:	:	:	:	:	2	6	2	1
<b>EL<sup>(3)</sup></b>	:	:	:	:	:	:	:	3	0	:
<b>E</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	7 <sup>(4)</sup>
<b>F</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>IRL</b>	:	:	:	:	:	0	0	0	0	0
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL</b>	0	0	0	10	9	5	24	46	4	17
<b>A</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	0
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	3	:	0
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:	0	0	0	0 <sup>(5)</sup>
<b>S</b>	12	4	5	2	4	3	:	6	:	0
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:	0	+	0	0 <sup>(6)</sup>

(1) First instance decisions only

(2) Recognition under Article 53 of the 1996 Constitution

(3) 1990-1998: 1057 asylum applications; 12 Geneva Convention granted, 3 humanitarian status granted (NB in 1997 and 1998)

(4) Partial data only

(5) January – September only

(6) January – June only

**Table 7d – Number of grants of refugee status as a percentage of the total number of asylum applications from Albanian citizens**

	1996		1997		1998		1999 <sup>(1)</sup>	
	Granted refugee status a/b	% <sup>(2)</sup>						
<b>B</b>	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>DK<sup>(3)</sup></b>	0	0.0	0	0.0	0	0	:	:
<b>D<sup>(4)</sup></b>	0	0.0	9	0.6	15	15	:	:
<b>EL</b>	0	:	0	:	14	14	:	:
<b>E</b>	2	:	2	:	2	2	:	:
<b>F</b>	35	24.3	22	10.3	34	34	:	:
<b>IRL</b>	0	0.0	0	0.0	0	0	:	:
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL</b>	11	12.0	0	0.0	0	0	:	:
<b>A</b>	:	11.0	:	8.0	:	:	:	:
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>S</b>	:	:	:	8.2	:	:	:	:
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:	:	:

(1) Insufficient data available for accurate calculation of comparable figures

(2) The percentages shown in this table are indicators only. Note that grants of Geneva Convention Status for each year often do not relate to applications made within that year. Also figures on applications usually include family members, whereas grants of Geneva Convention status may include only adult applicants

(3) Recognition rate includes Geneva Convention and de facto status refugees. First instance decisions only

(4) Recognition under Article 53 of the 1996 Constitution

Sources: EUROSTAT, CIREA, Ministries of the Member States

**ii) Table 7e – Rejected asylum applications**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>B</b>	:	:	:	:	:	:	224	802	:	571
<b>DK<sup>(1)</sup></b>	0	5	4	5	6	7	1	7	26 <sup>P</sup>	:
<b>D</b>	:	:	:	:	:	:	464	880	772	883
<b>EL</b>	39	827	92	2	0	2	0	0	14	:
<b>E</b>	:	:	:	:	:	:	2	:	:	:
<b>F</b>	:	:	:	:	:	:	120	193	328	264
<b>IRL</b>	:	:	:	1	:	1	2	8	2	19
<b>I</b>	:	:	:	:	:	:	3	644	:	16 <sup>(2)</sup>
<b>L</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>NL</b>	39	69	143	77	435	224	352	303	239	217
<b>A</b>	3	224	1 165	67	37	54	61	211	36	16
<b>P</b>	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
<b>FIN</b>	:	:	:	:	:	:	0	0	23	:
<b>S</b>	:	30	26	50	18	7	8	26	54	71
<b>UK</b>	:	:	:	:	:	:	45	175	260	97 <sup>(3)</sup>

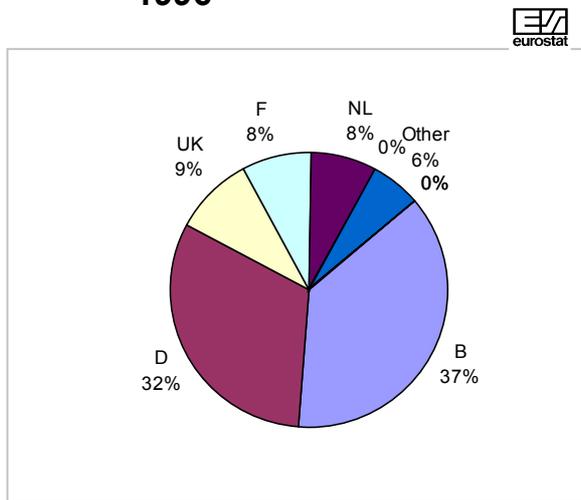
(1) First instance decisions only

(2) Partial data only

(3) January – June only

Figure 3 - Asylum applications of Albanian citizens in EU Member States

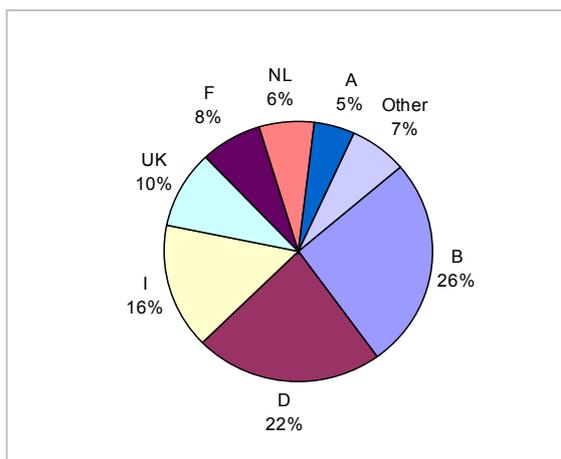
1996



100% = 1 116



1997



100% = 4 631

Source: Eurostat

**Table 8 – Number of Albanian tertiary<sup>(1)</sup> education students in the EU Member States**



	B	DK	D	EL <sup>(2)</sup>	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
School-year															
1995/96	:	4	148	186	11	160	1	568	:	:	68	:	5	:	41
1996/97	:	5	207	174	:	191	0	771	1	:	66	:	4	:	52

(1) Tertiary education includes: higher education non-university (ISCED 5); university second stage (ISCED 7); university first stage (ISCED 6)

*In Ireland and the UK, students are considered to be non-nationals if they have permanent residence in another country, while for the other Member States non-national students are those holding passports from another country*

*The data presented do not provide a precise measure of student mobility. On the one hand, the number of students enrolled in an EU Member State other than their own, is underestimated, partly because, in some countries, it is not possible to identify the citizenship of students in certain types of higher education, e.g., ISCED 5 in France. On the other hand, the data may overstate the degree of student mobility, as children of migrants are included*

(2) Number of residence permits issued to students in 1996 and 1997

Source: Eurostat

#### Conventional Signs:

- P Provisional
- :
- No data available
- +
- Indicates «below lowest level of recording»

**RUNDOWN OF**  
**EXISTING MEMBER STATE MEASURES AND ACTIONS**  
**FOR ALBANIA AND THE NEIGHBOURING REGION**

**1. Politics**

***Belgium***

- Albania

Belgium is eager to contribute to the political and social stability in Albania through contacts with government and opposition. Belgium is a member of the "Friends of Albania" group that monitors progress in Albania.

- Neighbouring region

*Kosovo*

Belgium is of the opinion that only a political settlement can bring a durable solution to the Kosovo crisis. It contributes volunteers to the KVM-mission and troops to KFOR (as it does to SFOR in Bosnia).

*FYROM*

Belgium regards FYROM as an island of stability in the region due to the relatively favourable treatment of the Albanian minority. Possible negative impact of the Kosovo crisis on the internal stability.

***Denmark***

On 1 September 1999 Denmark opened an Embassy in Tirana, upgrading the diplomatic relations between the two countries. A protocol on bilateral political consultations and cooperation was signed confirming the close political relations that has been established between the Danish and the Albanian Government. The bilateral cooperation is focused on consolidating the democratisation process, promoting the rule of law and economic development in general. Under these headlines, Denmark has donated transitional assistance to Albania and undertaken a number of secondments to international organisations working in Albania, e.i. the OSCE mission, the WEU MAPE-mission and the European Council's office in Tirana.

## *France*

Preserving peace and stability have been central to French policy in the Balkans and special attention is paid to Albania, with which France has a longstanding relationship.

On two occasions France has intervened massively together with the international community to preserve stability in Albania : in 1997 the Alba operation to which France was the second most important contributor after Italy, and more recently the NATO Allied Harbour operation in which France participated actively having been attributed the control of the southern AFOR zone.

Aware of the need for strong and coordinated action, France actively participates in all actions undertaken in Albania by the EU, OSCE, the Council of Europe, WEU, NATO, etc. France is firmly attached to the success of the actions set in train by under the Stability Pact for South-East Europe. France maintains furthermore a continuing high level political dialogue with the Albanian authorities.

## *Germany*

Bilateral relations with Albania are marked by Germany's interest in democratic development, political stability and market-oriented economic reform. This is reflected in intensive, ongoing support and greater political influence both via the OSCE, the Council of Europe, the EU and the WEU and also bilaterally. There is in addition a regional and security interest in keeping Tirana to a course of moderation on the Kosovo issue. Germany is a founding member of the Friends of Albania Group, established in 1998, which it is also currently co-chairing.

The most important measure at present to remove asylum-seeking and migration pressures is a successful settlement of the Kosovo conflict. This means an international presence in Kosovo to monitor implementation of the security and civilian aspects of a future status arrangement and thus ensure the necessary foundations for peace and stability in Kosovo. Germany is participating in this within both the European Union and NATO.

## *Greece*

Greek-Albanian bilateral relations cover a wide range of issue, including diverse fields such as assistance in area of police training, education and cultural affairs, development assistance, provision of humanitarian aid, etc.. Greece participates in the Friends of Albania Group, as well as in the WEU/MAPE Mission in Albania.

Greece is also the country with the second largest - after Italy - Albanian immigrant population.

On 21 March 1996 Greece and Albania signed an "Agreement on friendship, cooperation, good neighbourliness and security". The treaty is in force since 1998.

Other bilateral agreements in the political and military area are: a Protocol on assistance and cooperation in relation to the armed forces (1997); a protocol on the incorporation of Albania into Euro-Atlantic structures.

## ***Ireland***

Sanctions are in place in accordance with EU policy in this regard and will stay in place until such time as FRY pursues a democratic path.

Ireland does not have close bilateral relations with Albania or FRY and trade with the region was negligible even before the war.

Diplomatic relations are handled through Ireland's Embassy in Greece.

## ***Italy***

Italy has played and is still playing a leading role in helping Albania to overcome its current political, economic and financial difficulties. Italy's objective, in the short term, was to help Albania to cope with the crisis it was facing and, in the longer term, to assist the country in rebuilding its political, economic and institutional infrastructure.

A particularly significant moment in bilateral relations with Tirana was the signing of a friendship and cooperation treaty in Rome on 13 October 1995 (ratified by Italy on 25 February 1998).

On 28 August 1997, an intergovernmental cooperation protocol on defence was signed (in accordance with the 1995 framework Agreement), which provides for a small group of Italian trainers and advisers to be stationed permanently in Albania.

## ***United Kingdom***

Diplomatic relations between the United Kingdom and Albania were restored on 29 May 1991. An Office of the Chargé d'Affaires was opened in Tirana in July 1992. It was upgraded to an Embassy in February 1996.

The United Kingdom participates actively in the international effort to assist Albania, under the coordinating framework of the OSCE, including advising on humanitarian, economic and political matters, support democratisation, contributing to the WEU MAPE Police Advisory Mission and participating in expert visits to Albania as part of the NATO programme to assist in the reconstruction of the Albanian armed forces.

## **2. Economics**

Following the major state crisis in Albania, short and medium term economic assistance is provided to Albania in the framework of a "Recovery Programme" jointly established in 1997 by the World Bank, EBRD and the European Commission in consultation with the IMF. This was endorsed at a Donor Conference (Brussels, 22 October 1997) co-chaired by the European Commission and the World Bank which has set up clear objectives and a division of tasks among donors in different sectors and allocated more than Euro 600 million. In parallel, an IMF emergency programme focusing on macro-economic stabilisation started which was followed by a medium-term economic programme (since May 1998), supported by an Enhanced Structural Adjustment Facility.

Regular sectoral and general donor meetings took place since then organised mainly by the World Bank and/or the European Commission. Several sector meetings also were organised by the Friends of Albania Group under its local formation (by OSCE).

At the last general progress review meeting in December 1998, the European Commission and the World Bank indicated their readiness to organise a new donor conference in 1999 contingent upon satisfactory progress under the ongoing recovery programme. An assessment will be carried out in June 1999 and such conference may then take place during the second half of 1999.

### ***Austria***

Austrian exports 1998: Euro 7,6 million.

Austrian imports 1998: Euro 3,4 million.

### ***Belgium***

- Albania

A bilateral investment protection agreement was signed to signal Belgian willingness to develop economic relations with Albania when stable conditions prevail. Moreover a bilateral convention on cooperation on employment has been signed. There are two small Belgian investments in the field of agriculture and textiles.

- Neighbouring region

### ***Kosovo***

Belgium will participate in a donor's conference for rebuilding Kosovo.

### ***FYROM***

A bilateral investment protection agreement has been signed, a customs cooperation agreement is being finalised.

Air transport and road transport agreements have been signed.

## ***Denmark***

Trade between Albania and Denmark is limited with export figures of Euro 2,96 million and Euro 4,58 million for 1997 and 1998 respectively and import figures of Euro 2,15 million and Euro 2,83 million for 1997 and 1998.

## ***Finland***

Bilateral agreements:

- 26.5. 1983. Agreement between the Government of the Republic of Finland and the Government of the People's Socialist Republic of Albania on the International Road Transport of Goods.
- 26.5.1983. Protocol referred to in article 15 of the "Agreement between the Government of the Republic of Finland and the Government of the People's Socialist Republic of Albania on the International Road Transport of Goods".
- 7.11.1991. Agreement on Economic, Industrial and Scientific-technological Cooperation between the Government of the Republic of Finland and Government of the Republic of Albania.

## ***France***

France and Albania signed in 1995 an agreement on the mutual encouragement and protection of investments. The volume of bilateral trade is at present somewhat limited being in the region of Euro 15,2 million.

French support on the economic and budgetary level in 1999 was shown by the postponement of Euro 4,1 million of "Paris club" debt.

## ***Germany***

Germany is Albania's third largest supplier and customer alike, after Italy and Greece. While trade in goods declined by 14,7% to Euro 57,3 million in 1997, an increase of 32,7% is reported for 1998 with a volume of business of Euro 76,7 million (Euro 20,9 million worth of imports from Albania and Euro 55,6 million worth of exports to Albania). German exports were dominated by vehicles and machinery, electrical goods, textiles and clothing, and tobacco products. Albania's exports to Germany consisted mainly of processed textile products, agricultural products and chromium ore. At the end of 1997, German direct investment comprised 11 projects (mostly in the textile trade) with a total value of Euro 7,16 million. There is no double taxation agreement. An investment promotion agreement has been in force since 18 August 1995.

## ***Greece***

In order to help Albania deal with the repercussions of the 1997 crisis, Greece offered Albania a loan amounting to Euro 61,17 million. Three protocols of economic cooperation have so far been signed between Greece and Albania, each concerning a part of the loan, which is targeted at a specific area (e.g. housing, infrastructure). One more protocol of economic cooperation remains to be signed for the last part of the loan.

## ***Italy***

On 12 January 1998 an Exchange of Letters was signed on increased cooperation between Italy and Albania in the field of work, employment and training policies.

On 12 March 1998, the following instruments were signed: a Memorandum of Understanding on consultation and assistance in reorganising the Albanian fiscal authorities, which was accompanied by a joint declaration by Italy, Albania and the EU Commission in the framework of a Memorandum of Understanding on the EU customs assistance programme "Cam-Albania", signed on 10 November 1997; a mutual administrative assistance agreement on the prevention, identification and eradication of customs infringements and an agreement on employment and naval assistance in the customs sector.

On the economic front, a Convention to avoid double taxation and fiscal evasion with respect to taxes on income and capital was signed on 12 December 1994 (ratified by Italy on 13 May 1998).

### ***Portugal***

Portugal is currently involved in the following support or aid activities.

- In Albania:

Within the framework of the "Multinational Advisory Police Element" (MAPE), a UEO program, Portugal contributes with three police officers and one liaison officer.

- In Kosovo:

339 military officers in the KFOR;  
25 police officers for the UNCIVPOL in the UNMIK.

Recently, both the Portuguese Prime-minister and the Minister for National Defence visited Kosovo.

Albanians must have a visa to enter Portugal.

There is no readmission agreement between Portugal and Albania

### ***Sweden***

Sweden has signed four bilateral agreements with Albania;

1984 Trade agreement

1995 Agreement on protection of investments

1995 Transport agreement

1998 Agreement on double taxation

## ***United Kingdom***

Bilateral trade statistics are:

<b>III. Year</b>	<b>UK Exports Meuro</b>	<b>UK Imports Meuro</b>
1996	9,68	0,19
1997	6,03	1,39
1998	4,77	0,33

Trade with Albania is still at a very low level due to the depressed economy. the four main UK export categories are specialised machinery, general industrial machinery, office machinery and chemical materials.

### ***A. 3. Development cooperation and humanitarian aid***

## ***Austria***

Development cooperation: Albania is a major target country of Austrian development cooperation efforts. Major projects are the rehabilitation of the Drin power stations and of the water supply system for Shkodra, the rehabilitation of the hospital in Burrel. There is a host of other projects, including many in the educational and health sectors.

## ***Belgium***

- Albania

Mainly urgent and humanitarian medical assistance.

At the donors' Conference in Brussels in 1997, Belgium pledged aid of an amount of Euro 1,43 million, mainly in the field of urgent medical aid.

Two NGO's have projects for a global amount of Euro 525 000. Belgium also participates in NATO and UNDP demining schemes.

- Neighbouring region

## ***Kosovo***

Development aid/humanitarian aid is limited to humanitarian aid through NGOs.

## ***FYROM***

Belgium finances a waterpipe repair project as well as a cattle feed project.

## ***Denmark***

Danish transitional assistance for Albania totalled Euro 6,06 million in the period 1994-1998. The assistance was aimed at consolidating the democratisation process, promoting the rule of law and economic development in general.

For the period 1999-2001, the Government of Denmark has granted Euro 13,46 million. The programme period might be expanded for an additional year and an additional Euro 5,4-6,7 million. The assistance is aimed at supporting the reform of the justice system, the police, promotion of the free press and some social activities. In 1999 the transitional assistance totalled some Euro 1,5 million.

In addition, the Government of Denmark has granted Euro 0,15 million in support of the OSCE mission in Albania in 1998-1999 (secondment of monitors for the Albanian/FRY border), Euro 0,27 million in support of the WEU MAPE mission (deployment of senior Danish police personnel) in 1998-1999 and Euro 0,016 million in support of the Referendum on the Constitution in 1998.

## ***Humanitarian Aid***

In connection with the Kosovo crisis the Danish Government has supported the relief efforts in Albania through Danish humanitarian organisations and international relief agencies, among them UN-agencies. In 1999, a total of Euro 61 million was granted and spend on relief aid projects in Albania and later on in resettlements activities in Kosovo. Danish humanitarian organisations established and administered refugee camps, projects for delivery of relief packages to refugees living with host families, health projects, and activity projects, such as street sport and radioproduction.

## ***Finland***

During the peak of the Kosovo refugee crisis Finland contributed Euro 2,3 million as directed budgetary support to Albania. The aim of this allocation was to support humanitarian activities derived from the refugee crisis.

Finland is in the early phase of its cooperation with Albania. A 2-3 year project in the social sector of a value of Euro 1,2 million is being prepared. The implementation of the project is scheduled to begin at the end of 1999.

## ***France***

In 1994 France and Albania signed a friendship and cooperation agreement.

France has granted humanitarian aid to the tune of Euro 17,8 million to help Albania cope with the direct and indirect consequences of the mass influx of Kosovar refugees and has also deployed on the ground civil security teams, fire brigades and doctors. 800 French soldiers present in the framework of the "Allied Shelter" operation have contributed to the establishment, sanitising, supply and medical surveillance of several refugee camps. France has also contributed the sum of Euro 4,57 million to the refurbishment of the central hospital in Tirana.

France has set up a fund aimed at financing small infrastructure projects and training programmes for local managers and politicians.

## ***Germany***

Albania has received financial assistance totalling over Euro 510 million by way of development cooperation since 1987. Particular mention should be made of technical cooperation projects for infrastructure (water supplies), job training and business creation (e.g. the FAFED credit scheme). An agreement on migrant workers, concluded between Germany and Albania in 1991, allowed Albanian nationals medium-length stays in Germany for work purposes. The agreement was implemented in cooperation with IOM. Since 1997, however, the agreement has ceased to be applied in practice owing to difficulties over selection of personnel.

## ***Greece***

Greece was one of the first countries to offer humanitarian assistance to Albania, to help it deal with the mass influx of refugees that have fled to Albania since March 1999. Humanitarian assistance projects concerning refugees from Kosovo have also been in place since 1998. There is also a number of development assistance projects targeting Albania, and realised through different ministries, concerning infrastructure, training in the field of police work, seminars for young Albanian workers, etc.

## ***Ireland***

### *Development cooperation*

Albania: 1 project Euro 40 632 (cost provided by Ireland in respect of Non-Government Co-Financing projects)

### *Humanitarian aid*

The Irish Government has given a total of Euro 3,30 million since the conflict in Kosovo began in 1998.

In 1998, Euro 253 000 was given to the International Red Cross for its programmes for internally displaced persons in Kosovo and also for refugees in Albania.

Ireland Aid made contributions to five emergency programmes in Albania in 1999. Each of these was in some way connected to the influx of refugees from Kosovo in early summer and consequently each was supported using funds from the additional Euro 7,61 million given to the EHAF budget as a result of the Kosovo crisis.

Three Irish NGOs (Concern, Goal and Christian Aid) were funded in April for programmes aimed at assisting the large number of Kosovar refugees that had flooded into Northern Albania when the conflict began. At this time the principle concern was the provision of basic shelter, clothing, water and sanitation for the refugees.

A further contribution was made in support of a fact-finding mission to Albania by the Rape Crisis Centre (RCC) in July. As a consequence of this fact-finding mission, RCC is currently implementing a programme in Kosovo with the continued support of Ireland Aid.

The final contribution made to a programme in Albania in 1999 was made in December to an IFRC programme aimed at providing support for Albanian social services. A similar programme is also being funded in FYROM. The IFRC programme seeks to re-establish a minimum level and standard of social services and will provide support to social services in Albania pending the re-establishment of longer term institutional support from the World Bank and European Commission. Irish contribution to programmes in Albania in 1999 amount to Euro 831 977.

## *Italy*

Italian cooperation in the Balkans is aimed essentially at contributing to peace-keeping and economic and social stability in the region.

In addition to the two primary objectives, measures to strengthen capacity-building and institution-building for the development of administrative and management structures as well as small businesses are being taken.

Italy has been active in Albania since 1991, first with extraordinary and emergency action, then in the form of ordinary cooperation from November 1991. Total commitments for cooperation activities in the period 1991-2000 amount to Euro 674 million, including grants, aid credits and emergency aid.

In 1998 a new Cooperation Programme for 1998-2000 was agreed, with an overall budget of Euro 210 million. The objectives and priority sectors of the Programme, which were agreed with Albanian authorities, concern the reconstruction of basic infrastructures, especially water supplies, roads and electricity, urban regeneration, promotion of private-sector economic activities, including the production of goods and services, social measures, health, vocational training, education, and the safeguarding of environmental assets.

Italy is the largest bilateral donor to Albania.

Italian cooperation in Albania, which slackened considerably following the events of 1997, is currently in full expansion, according two directions: (i) quick-impact measures (e.g. equipment and transformers to reduce electricity blackouts in Tirana; (ii) impetus given to the "Task Force Albania" in order to remove obstacles to the rapid completion of work to restore basic services (water, sewerage, electricity, roads, basic health care).

### *Italian emergency relief assistance to the Kosovo refugees*

In response to the plight of the Kosovo refugees, Italy has mounted a relief effort that is the largest ever undertaken by the Italian emergency infrastructure outside the Country.

In the framework of "Operazione Arcobaleno" (Operation Rainbow) in Albania, Italy has set up several refugee camps: Kukes 1 (5 000 refugees), Kukes 2 (6 000), Durres Rrashbull (2 000), Durres Shijak (1 500), Durres (600), Durres (40), Kavaje (5 000), Kavaje 2 (800), Tirana (800), Tirana (800), Tirana-Kinostudio (600), Lezha-Shengjin (1 000), Lezha-Fishta (2 200), Vlore (5 000), Shkoder (700), Sarande (700). Furthermore, a field hospital with 100 beds was set up in Durres.

Additional camps are being organised in Sarande (1 000) and Elbasan (2 000). Italy is also participating in the management of the UNHCR camps of Lac (2 600), Durres (300), Golem/Kavaje (300), Shkoder 1 and 2 (560).

Operation "Arcobaleno" also provided the logistics of emergency response: Navy ships, commercial vessels, and military aircraft have been mobilised in order to ferry supplies across the Adriatic sea. The priorities included direct assistance to the refugee camps as well as support to the Albanian Government.

Donations by private Italian citizens to "Operation Arcobaleno" and to the UNHCR amount respectively to about Euro 61 and 12,7 million. Other donations from Italian private associations for the purchase of food, medicines and clothing also total over Euro 11 million.

Italy has now conceived a programme to deal with the "Second Phase" emergency in Albania. A total of about Euro 60 million is required for its implementation. Beneficiaries will be both the Kosovar refugees and the local population.

This "post-emergency" programme, which has been drafted keeping in mind the medium and long-term necessities of the refugees, can be outlined as follows:

1) about Euro 20 million for the rehabilitation of existing facilities (barracks, hotels, abandoned infrastructures), for the sheltering of up to 20 000 refugees. The project includes a one year direct health and food assistance to the refugees, the rehabilitation of social and medical services already existing in the area, restoration of the supply of water and electricity, transportation facilities, etc..

The programme has been conceived in full accordance with the emergency services of the European Commission (ECHO). Having been devised with a modular structure, the project has been submitted to other international donors.

2) some Euro 40 million for the reinforcement at the national level of essential services (water, electricity, health, municipal services) whose scarcity is made even more striking by the refugee emergency.

### *Netherlands*

- Albania

#### *Development cooperation*

Several projects in the field of democratisation, such as a project for civic voters registration (Euro 600 000), support for the Albanian Helsinki committee, in a project for implementation of the new detention law (Euro 600 000), a workshop aimed at increasing the spirit of co-operation between Albanian Parliamentarians from all political parties and project in the field of strengthening local government institutions (part of a large-scale agricultural programme, which will be phased out). Also a large scale participation in election monitoring in co-operation with ODIHR.

Support for independent media through Press Now, for a total amount of Euro 1 million on a yearly basis.

- i)
- ii) *Humanitarian aid*

MSF Netherlands, water and sanitation in Tropoje (Euro 400 000)

Netherlands Red Cross Society, non-food items (Euro 100 000)

Dorcac, transport of clothing (Euro 100 000)

b)

- Neighbouring region

### *Development cooperation*

#### Independent Media

In 1998, the Netherlands supported independent media in Kosovo for a total amount of Euro 68 000, *inter alia*, the written media Kosova Sot, Bota, E Re, Zeri and Tuta, and Radio 21, radio Kontakt and Radio Koha (all through the Dutch NGO "Press Now").

In the same year the Netherlands supported independent electronic media throughout FRY, for a total amount of Euro 272 000, through "ANEM". Local radio stations in Kosovo take part in this association.

For the years ahead the Netherlands government is planning to extend these support activities roughly at the same level of intensity.

#### Civil Society

The Netherlands support the Serb NGO "Humanitarian Law Centre", which is based in Belgrade and Pristina and is active in the field of promoting respect for human rights, monitoring human rights violations in Kosovo and promoting and giving publicity to the activities of ICTY (total amount of support in 1998: Euro 68 000).

Furthermore, through the Embassy in Belgrade the Netherlands have made available small funds for locally based NGO's in Kosovo (total amount: Euro 68 000). Due to the current security situation however, though initial contacts have been made, no concrete activities have been supported so far.

#### Humanitarian aid

The Netherlands contributions to UN-consolidated appeal 1998 in relation to the crisis in Kosovo:

UNHCR (Euro 453 000)

WFP (Euro 862 000)

UNICEF (Euro 453 000)

OCHA (Euro 25 000).

Netherlands contributions to various NGOs:

#### Kosovo

Mensen in Nood/Caritas: food and household goods (Euro 168 000)

MSF Belgium, medical assistance (Euro 210 000)

NOVIB/OXFAM, water and sanitation (Euro 135 000)

#### Montenegro

Netherlands Red Cross Society, food and hygiene parcels (Euro 279 000)

Mensen in Nood/Caritas: food, medicines, heating, hygiene (Euro 313 000)

#### Kosovo and Montenegro

World Vision non-food items (Euro 226 000)

#### FRY

ICRC (Euro 794 000)

## ***Spain***

### - Albania

In Albania, Spanish cooperation encourages and supports the reconstruction efforts as a matter of priority through NGOs. In an attempt to defuse tensions which are rife throughout the country, Spanish cooperation will soon organise a seminar through CERI in Tirana involving many of the main protagonists and political leaders.

In the framework of assistance to NGOs in 1998, the funding of several projects was approved through the Spanish Red Cross, CESAL and Médecins du Monde, to the tune of Euro 502 623.

### - Neighbouring region

In Yugoslavia Spain's cooperation efforts in 1998 went mainly through NGOs and through food aid to refugees from Kosovo. The total budget for Spanish cooperation with Yugoslavia was Euro 445 000 in 1998.

Euro 50 000 were granted to various projects and Euro 155 000 in medical cooperation in six different projects through the Spanish Red Cross. Euro 240 000 were granted in food aid for refugees from Kosovo. There is also a programme of study grants for Yugoslav nationals.

## ***Sweden***

### *Development cooperation and humanitarian aid*

### - Albania

Since 1999, Sweden's assistance to Albania is mainly focused on the health sector and local governance. Previous assistance pertains to bilateral technical assistance within the environment and road sectors.

In 1999, Sweden provided Euro 930 000 in development assistance to Albania.

### - Kosovo

Swedish development assistance to Kosovo in 1999 was concentrated to urgent physical reconstruction and rehabilitation activities, mainly in the energy and housing/school sectors. Projects in water and sanitation and health were also supported. Total development assistance to Kosovo in 1999 amounted to approximately Euro 9 million.

## ***United Kingdom***

The United Kingdom's assistance to Albania has focussed on four sectors: rural development, financial sector, development of the public administration, health sector. In light of the recent crisis in the region, a new country strategy paper is being drafted which may focus on the sectors of: public administration (aiming to enable sound policy development and improved service delivery); indigenous Civil Society (with the aim of increasing the capacity of people to exercise their rights); development of transparently regulated markets; promotion of incentives and strengthening the capacity of Government and civil society to bring about conflict reduction and peace building.

### **4. Justice and Home Affairs measures**

Albania remains marked by a lack of public order and security in large parts of the country and widespread crime, arms trafficking, fraud and corruption while the judiciary and police operate under poor conditions. Against this background the right to seek redress, a fair trial or protection against arbitrary arrest or detention, which legally exist, cannot apply in practice. It should also be noted that Albania's prisons remain in a very poor state. Since 1997 all courts have reopened, (40% had been completely destroyed during the 1997 crisis) but given the continuous lack of investigation by local prosecutors' offices and the police, their functioning remains limited.

Following the adoption of the Constitution and of a framework law of the organisation of the judiciary, the Government envisages to undertake a number of measures and actions in accordance with a comprehensive action plan for the reform of the judiciary, signed on 12 January 1999 between Albania, the Council of Europe and the European Commission aiming at further strengthening of the judiciary. This action plan, which is underpinned by assistance provided under the third joint programme EC/Council of Europe, foresees *inter alia* a package of legislation on administrative matters, laws on the functioning of different judicial institutions and bodies such as the office of the public prosecutor and the Constitutional Court, training for judges, setting up of a State publication centre, etc. With regard to the reform of the executive branch and public administration, substantial progress is still required such as the adoption of different framework laws on the functioning of ministries and services (including the ministry of justice and public order, and police forces, the setting up of a Civil Service Commission and more generally the approval of an updated strategy for the reform of public administration and state institutions).

## ***Belgium***

- Albania

Benelux Convention on readmission will be negotiated.

- Neighbouring region

Benelux Convention on readmission under consideration.

## *Denmark*

Albanians must have a visa in order to enter Denmark. Denmark does not have a readmission agreement with Albania.

## *France*

### **An SCTIP (Service de coopération technique internationale de police) branch was opened in Tirana in September 1998.**

France is also involved in active police cooperation: in the framework of the “Multinational Elément de Conseil” on police matters, set up in 1997 by WEU under the command of a French colonel..

## *Germany*

There is no readmission agreement with Albania. As a rule there is no problem with repatriation of Albanian nationals. In obtaining travel documents for the return of Albanian nationals, however, all those to be repatriated have to appear at the embassy for a personal interview. Voluntary returnees to Albania receive financial reintegration aid, under the GARP programme, of Euro 180 per adult and Euro 90 per child, with a maximum of Euro 535 per family. Around 600 people have claimed such grants since 1994. Albania has been provided with both practical (trucks) and training facilities by way of police equipment and training assistance. Germany is also participating in the Multinational Advisory Police Element (MAPE) in Albania. There has in addition been a German document specialist working in Albania since 1998, advising airlines at Rinas airport and assisting the visa-issuing office at the German embassy.

## *Greece*

An agreement on police cooperation between Greece and Albania was signed on 17.7.92. It includes readmission clauses.

The following measures have been carried out pursuant to that agreement:

- supply of technical and operational equipment to the Albanian police (equipment for buildings, office equipment, stationery, radio communications equipment, vehicles such as buses, passenger vehicles, jeeps, motor cycles, bullet-proof vests, handcuffs, truncheons, supplies for use by the forensic police, articles of clothing, uniforms, etc.).
- training by Greeks of Albanian police on the subjects of drugs, special police operations (special anti-terrorist unit), fingerprinting, public and state security, preliminary enquiries, crime investigation.
- visit by a party of Albanian police to the Attic Security Directorate’s anti-drugs squad for cooperation on drug issues.
- meeting of experts from both countries, with weekly meetings between officials from both countries’ neighbouring regional police authorities also continuing.

Since October 1997 a liaison officer from our Ministry has been posted in Tirana.

Greece is taking part in the Multinational Advisory Police Element (MAPE) in Albania with three officers.

On 9 March 1998 a Protocol on cooperation between Albania and Greece was signed, concerning the implementation of joint patrolling by border police and by the Greek coast guard for more effective policing of the maritime border between the two States. The protocol is in force since July 1998.

### *Italy*

For some time now, migration, especially cooperation in the fight against illegal immigration, has been a key issue in Italo-Albanian relations. No opportunity has been neglected on the Italian side to ask the government in Tirana to make every effort to prevent and combat the flow of illegal immigrants, chiefly coming from the Vlore area, which has become the main collection and transit point for illegal migrants, including those from other countries, heading for the Italian coast.

Sea patrols, carried out by a contingent from the Italian Customs service which operates in a stretch of water facing the Bay of Vlore, intercept and return the dinghies used for that purpose. However, because of the restrictions on such action due to the essential need to avoid risking the lives of those on board such vessels, it is clear that the preventive action should principally be carried out on Albanian territory, by action aimed at preventing the activities of the boat owners and at eliminating the criminal organisations responsible for illegal trafficking.

By implementing the measures for integrated action on land and sea provided for in the Protocol signed on 10 November 1998 by the Italian and Albanian Prime Ministers, Italy is endeavouring to make up for the lack of resources and structures which the Albanians constantly use to justify the inadequate results. In the last few months our joint mission has been allocated rehabilitated buildings in which an operations room will shortly be installed. This will help considerably to increase the monitoring of maritime traffic, especially of the dinghies.

The Protocol also provides for the adoption of the following measures:

- setting-up of a "sea-borders team" on the island of Saseno.
- extension to the provinces of Vlore and Scutari of the territorial control devices already existing in other provinces through the Italian Interforces Mission, in agreement with the Albanian authorities.
- intensification of the work on reorganising and training the rapid intervention forces of the Albanian police.

A readmission agreement between Italy and Albania has been signed on 18 November 1997. Its implementation worked smoothly, thanks to the cooperation of the Albanian authorities. The readmission agreement include a clause which require the Albanian authorities to take back third-country citizens who have entered the Italian territory after transiting through Albania. The Albanian authorities seldom accept to readmit third-country nationals, quoting insufficient evidence of their passage through their territory.

### *Netherlands*

The Netherlands do not have a readmission agreement with FRY concerning rejected asylum-seekers.

## ***Sweden***

Sweden is currently involved in the following support or aid activities in Albania and the neighbouring region:

- 1 police officer at the VEU headquarters in Brussels for planning of the police advisory mission to Albania;
- 4 police officers in Albania within the framework of OSSE/MAPE mission;
- 23 police officers in the OSSE verification mission to Kosovo;
- 50 police officers in UNTTPITF to Bosnia-Herzegovina and;
- 5 police officers in UNIPITFs drug unit in Sarajevo.

## ***United Kingdom***

Eighteen British police officers are attached to the WEU MAPE Police Advisory Mission. The United Kingdom also contributed Euro 385 000 in 1998 to a bilateral police assistance programme focusing on forensic science.

**CONTRIBUTIONS  
FROM  
UNHCR AND IOM**



## **ALBANIA**

### **Measures and actions by UNHCR in the area of institution- and capacity- building**

Albania adopted a Law on Asylum on 14 March 1998, yet the Kosovo crisis has prevented so far the establishment of a satisfactory refugee status determination procedure as well as the development of the necessary institutional and professional capacities in the area of asylum. The development of a full-fledged functioning asylum system in Albania would be an important indicator of the country's commitment to adhere to European standards and practices. The authorities have indicated their willingness to set up an asylum system provided the consequences thereof do not become unmanageable and UNHCR will play a significant role in institution- and capacity-building in this field. UNHCR has undertaken an assessment of the needs and priorities for the implementation of such an asylum system in consultation with Government authorities, parliamentarians and NGOs.

A future asylum system, however, cannot operate in a vacuum, and its development needs to be part of a package of measures, including the protection of all human rights and the promotion of the rule of law through legal and judicial capacity-building. Provided these other measures are implemented simultaneously, the establishment of an asylum system could be an important element in efforts to reduce transit of illegal immigrants and asylum-seekers through Albania travelling onwards to EU Member States. The following elements should be an integral part of institution- and capacity-building in asylum:

- establishment of structures and procedures for refugee status determination (including appeal),
- training of staff and decision-makers in refugee status determination,
- dissemination of refugee law standards,
- promotion of the integration of recognised refugees,
- resettlement of appropriate cases in situations where the fragile system risks to be overburdened, and
- return of asylum-seekers determined not to be in need of protection (although no specific role for UNHCR is envisaged here).

Given the lack of physical safety and legal security for refugees in Albania, the country cannot, at present, be considered to be a "safe third country" for the purposes of the return of rejected asylum-seekers. However, considering the recently increased level of cooperation with the Albanian authorities, joint efforts between the Albanian authorities, UNHCR and EU Member States for the strengthening of the rule of law, the establishment of functioning civil and judicial structures, and, at a second stage, the development of a full-fledged asylum system could result, in the longer term, in the realisation of the necessary conditions for the safe return of rejected asylum-seekers to Albania.

## **KOSOVO**

## **Measures and actions by UNHCR**

UNHCR has led the UN humanitarian response in the neighbouring countries since the start of the Kosovo emergency and the NATO intervention, and in the province itself following the massive refugee return. The crisis response produced novel arrangements of support and coordination between international and state actors as well as civilian and military-based organisations.

In response to the humanitarian crisis in FYROM, created by a mass influx of refugees from Kosovo, UNHCR organised a Humanitarian Evacuation Programme aimed at easing pressure on the host country and thereby ensuring that refugees continued to have access to FYROM. The Programme did not focus on individual protection needs, rather it focused on the protection requirements of whole groups. It moved groups of refugees so that all in need of protection could have access to safety. The status the evacuees received differed from country to country. In most countries they were granted some form of temporary protection, while in other countries they received a residence permit upon arrival.

Following the armistice and the suspension and subsequent termination of the NATO campaign, UNHCR re-established its presence in seven locations in Kosovo, and the relief supply chain was resumed on 14 June 1999. In Albania and the former Yugoslav Republic of Macedonia (FYROM), UNHCR continues to arrange for care and maintenance of refugees staying with host families and collective centres, it being understood that all refugee camps will be closed. UNHCR has conducted mass information campaigns, including mine awareness, among the refugees in neighbouring countries, to inform them about the continuing precarious security in Kosovo.

UNHCR started to facilitate organised returns to Kosovo from the immediate region on 28 June 1999, in close cooperation with IOM, followed by returns from third countries in mid-July. UNHCR's involvement in the organised returns is conditioned on the refugees' voluntary cooperation and their well-informed choice to return as well as the establishment of coordination mechanisms in transit countries (particularly FYROM).

UNHCR's mandate in Kosovo covers the internally displaced in addition to the returnees. The security situation for members of minority groups remains very tense and extremely volatile with significant numbers facing arson attacks, threats, house burning, and, in extreme cases, murder. Under UN Security Council Resolution 1244 of 10 June 1999 the UN Mission in Kosovo (UNMIK) is tasked with providing assistance and protection to minorities. The Deputy Special Representative of the Secretary General (DSRSG), who is also the UNHCR Special Envoy, has established an inter-agency Ad Hoc Task Force on Minorities. This Task Force has set up a monitoring, reporting and response mechanism, including on an emergency basis, as well as an emergency hotline between civilian humanitarian agencies and KFOR to launch a rapid response mechanism when needed.

## Measures and actions by UNHCR in the area of institution and capacity-building

UNHCR promotes protection for all categories of persons of direct concern through the development of a legal aid information network. UNHCR provides up-to-date, accurate and detailed information and legal counselling for returnees and displaced persons. The information provided ranges from the availability of public services or reconstruction projects, to broader issues, such as the functioning of law and order and assessments on the human rights situations throughout the province<sup>1</sup>. UNHCR also assists returning refugees and IDPs in obtaining the necessary documentation and property registration and in search of employment.

UNHCR and OSCE report regularly on the situation of ethnic minorities. There have been three reports produced so far<sup>2</sup>. Field staff in Kosovo have identified and examined the situation of non-ethnic Albanian populations municipality by municipality in Kosovo. They present an alarming situation for many such communities as described above.

UNHCR has established seven interregional bus-lines escorted by KFOR between isolated enclave communities to promote freedom of movement allowing Serbs, Roma and Albanians to visit relatives, have access to medical services, go to markets, etc. A special distribution network for needy non-ethnic Albanian groups, as well as interim systems for providing medical care to minority groups who are otherwise denied access has been devised.

UNHCR will continue to assist in the delivery of humanitarian aid as long as needed, such as secondary distribution of WFP bulk food to vulnerable persons, hospitals and social institutions, the provision of health care, education facilities and community services, as well as shelter as long as needed.

The UNHCR Special Envoy (concurrently Deputy of the SRSG for Humanitarian Affairs of UNMIK) is based in Pristina. UNHCR has established seven field offices which provide overall coordination of the humanitarian activities undertaken by over 200 international and national NGOs in Kosovo.

---

<sup>1</sup> This information has been provided in the Kosovo Repatriation Information Package, the Humanitarian Newsletter and the joint UNHCR/OSCE minority assessment report

<sup>2</sup> *Preliminary Assessment of the situation of Ethnic Minorities in Kosovo*, UNHCR/OSCE, 26 July 1999 *Second Assessment of the Situation of Ethnic Minorities in Kosovo*, UNHCR/OSCE 6 September 1999 and *Overview of the Situation of Ethnic Minorities in Kosovo*, UNHCR/OSCE 3 November 1999



---

IOM International Organization for Migration  
OIM Organisation Internationale pour les Migrations  
OIM Organización Internacional para las Migraciones

**The following activities are perceived by IOM as priority measures to address migration-related problems resulting from the post-conflict situation in Kosovo, and are being performed as outlined below:**

**Transport assistance to returning Kosovars (KHRP) (*ongoing*)**

*Summary: To provide both primary and secondary movement assistance, allowing a facilitated return to Kosovo and onward transport to final destinations within Kosovo.*

Following the reestablishment of a humanitarian presence in the province of Kosovo, IOM is working in close coordination with UNMIK and with UNHCR to assist returnees in moving to their final destinations on their return to Kosovo. IOM is also coordinating the return movement of refugees evacuated to third countries under the HEP program.

**Direct assistance to Kosovar Returnees (*ongoing*)**

*Summary: To provide, on behalf of host governments, reinstallation and reintegration assistance to Kosovar returnees.*

A number of countries hosting Kosovar refugees have indicated their interest to accompany the return of Kosovars with support mechanisms which will directly assist in their reintegration. In real terms, this requires a mechanism of providing reinstallation financial assistance, either as a one-time cash payment or through a more developed process of needs assessment in the areas of housing and basic survival and subsequent assistance.

**Return of Qualified Nationals (RQN) to Kosovo (*Project formulation*)**

*Summary: To facilitate the return from third countries of semi-skilled Kosovar entrepreneurs into the private sector through micro-grant schemes as well as a limited number of skilled professionals into social infrastructure with initial focus on education.*

While initially focusing on private sector/entrepreneurs start up through micro-grant scheme and employment placement into social infrastructure, Kosovo RQN will aim to co-operate with UNMIK and reconstruction agencies for possible job-matching scheme for some priority sectors such as communication and other public services.

### **Documentation and civil registry (*Project formulation*)**

*Summary: To register and provide identity documentation*

The new civilian authorities of Kosovo, international and local, will need to issue identification documents and build up a database for use in planning the reconstruction and reordering of the political, social and economic life of the territory. Many Kosovars have lost what documentation they once may have had. IOM believes that the best approach is to aim for the construction of a new civil registry for the territory, using both fresh surveys and existing documentation in the hands of KFOR and UNMIK.

### **Measures to Counteract Trafficking in Migrants (*Project formulation*)**

*Summary: To assess the current trafficking climate and to set up early-warning and reporting mechanisms.*

High unemployment rates, lack of effective identity documents and poor border control provide favorable conditions for traffickers. Experience in BiH suggest that a massive international presence might be a magnet for the coercion of women in prostitution from neighboring areas. IOM will assist international and local civil police, other civilian authorities, and NGOs in setting up early-warning and reporting mechanisms on trafficking, while implementing data gathering, awareness campaigns and training of law enforcement officers, civil administrators and community leaders will be conducted, drawing lessons learned from regional experiences on counter-trafficking activities.

### **Information Counseling & Referral Service (ICRS) (*ongoing*)**

*Summary: To assist former KLA combatants in their successful reintegration into civilian and economic life.*

The Information Counseling & Referral Service (ICRS) is a program that will assist the unabsorbed demilitarized KLA combatants to reintegrate back into civilian life. This will be done through the provision of timely, accurate and unbiased information, at different levels, as to available reintegration opportunities, including access to counseling, referrals, training, capacity building, employment and other income-generating opportunities that are supporting overall on-going reconstruction efforts within Kosovo.

### **Kosovo Transition Initiative (KTI) (*ongoing*)**

*Summary: To facilitate community identified community rehabilitation programs.*

The KTI program works with local communities in both larger towns and small villages throughout the Prizren and Urosevac (Ferizaj) districts, focusing on fostering participative processes through the formation of community-based groups that reflect a plurality of political and special interests in each municipality where they are active. The purpose of these community-based councils is to select and prioritize community needs and concerns, including improving the capacity of local NGOs as well as local media services.

### **Other activities of importance undertaken by IOM are the following:**

#### **Transitional Regional Management Program for Complex Medical and Surgical Cases (*ongoing*)**

*Summary: To assist Kosovars in obtaining medical and surgical treatment which is no longer available to them as a result of the recent conflict.*

**Intensive Training in Health Management and Health Administration (ongoing)**

*Summary: To train medical staff in health management and administration (“teacher training”) and enable them to further provide the necessary training to other health care workers, in Kosovo.*

**Kosovo Technology Assistance Initiative (KTAI) (Advanced Planning)**

*Summary: To create seven internet access centers throughout Kosovo to provide reasonable priced internet access, computer training and media facilitation.*

**IV. Psychosocial and Trauma Response in Kosovo (Advanced Planning)**

*Summary: To provide a rapid and timely response to emerging psychological needs related to the recent conflict through extra-curricula, inter-faculty University training course on psychosocial and trauma response.*

**a) Transitional Information Programme (Advanced Planning)**

*Summary: To facilitate the emergence of free and un-biased media in Kosovo through professional journalistic training and the creation of a media center.*

**b) IOM/UNFPA Socio-demographic survey (Advanced Planning)**

*Summary: To quickly design and execute a statistically correct Kosovo-wide survey to determine current socio-demographic, economic, population movement and health indicators.*

